

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
IPEA/IPLAN-INSTITUTO DE PLANEJAMENTO  
SETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**ASPECTOS DO  
PLANEJAMENTO E  
ORÇAMENTO DOS ESTADOS**

---

VOL. 5

**ESTADO DO MARANHÃO**

BRASÍLIA, MAIO DE 1972  
- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral  
IPEA/IPLAN- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO  
Setor de Desenvolvimento Regional

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

---

Volume 5 - ESTADO DO MARANHÃO

Brasília, Maio de 1972.  
CIRCULAÇÃO RESTRITA

APRESENTAÇÃO

## ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO DOS ESTADOS

### APRESENTAÇÃO

De maneira geral, é ainda limitado o conhecimento que se tem das experiências de planejamento em curso nos vários Estados do Brasil.

Entretanto, a institucionalização irreversível do planejamento em nosso país, de um lado, e o processo crescente de integração nacional, de outro, impõem hoje um maior conhecimento mútuo das experiências de elaboração e implementação de planos, quer no âmbito nacional e regional, quer na esfera estadual. Concomitantemente, torna-se necessária uma análise mais precisa dos elementos orçamentários e financeiros que dão suporte a esse planejamento.

O presente trabalho constitui, pois, uma análise preliminar do sistema de planejamento e da situação orçamentária e financeira dos Estados do Brasil, elaborado à base dos documentos apresentados no ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO, realizado em Brasília no período de 15 a 17 de dezembro de 1971.

Foi preparado com o objetivo central de fornecer subsídios básicos ao Ministério do Planejamento no processo de consolidação do seu sistema de articulação com os Estados e Municípios.

Na análise dos aspectos de planejamento, sem pretensões de exaustividade, procurou-se preencher uma lacuna no senti



do de proporcionar uma visão global das experiências realizadas e da evolução do sistema nos vários Estados, particularizando-se ainda o quadro atual dos planos em execução.

No que concerne aos aspectos orçamentários e financeiros dos Estados, a análise abrange o quinquênio 1968/72, que se desdobra em dois períodos: um de dados observados - 1968/1970 - correspondentes aos elementos dos balanços dos Estados, e um de dados previstos - 1971/72 - com base nas respectivas propostas orçamentárias. De forma sistemática foram identificadas as variáveis principais e abordados os itens mais importantes como a evolução e composição da receita e despesas, equilíbrio orçamentário, endividamento dos Estados, etc., de modo a obter-se uma adequada base de referência para estudos posteriores. As diversas tabelas e indicadores utilizados propiciam elementos interessantes no confronto da situação observada entre os Estados e Regiões.

A fim de permitir uma abordagem regional, os dados orçamentários e financeiros foram consolidados ao nível das cinco regiões do país: NORTE (Acre, Amazonas e Pará), NORDESTE (Maranhão a Bahia), SUDESTE (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo), SUL (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e CENTRO OESTE (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal).

A Nota Metodológica a seguir apresentada especifica os principais itens que foram objeto de análise e define os critérios que presidiram a elaboração do trabalho.

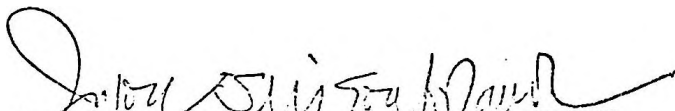
Para facilitar o manuseio do documento optou-se por sua representação em 28 volumes individuais, um para cada Estado ou Região.

O trabalho foi elaborado por uma equipe constituída pelos seguintes técnicos do IFLAN: Demóstenes Silvestre Fernandes Filho, Fernando José de Almeida, Ivan José Barbosa Li-

ma, Nilton Romeu, Ricardo Nunes de Miranda, sob a coordenação de César Augusto Areal e Edson Sargues Prudente e a supervisão final de Paulo Dante Coelho e desta Superintendência.

Colaboraram ainda na execução do trabalho os técnicos Fernando Augusto Vieira Fernandes e Paulo Brasil.

Brasília, 2 de maio de 1972

  
Antonio Nilson Craveiro Holanda  
Superintendente do IPLAN

NOTA METODOLÓGICA

### NOTA METODOLÓGICA

Os prazos fixados para a conclusão do estudo, deliberadamente exíguos, impuseram à equipe uma compreensível concentração de esforços à fim de que os objetivos do trabalho fossem alcançados não obstante a limitação de tempo. Considerando a enorme massa de dados e informações a obter, selecionar e avaliar, impôs-se a fixação de certos critérios e definições metodológicas consoante os termos de referência iniciais do estudo e o aperfeiçoamento sucessivo da análise.

No que concerne ao Planejamento, além da abordagem de experiências anteriores de cada Estado, destaca-se no estudo o quadro da situação do sistema de planejamento estadual e as bases do atual plano em elaboração ou execução. Para dar a devida unidade ao trabalho utilizou-se como fontes bibliográficas básicas além das Notas Taquigráficas de exposições dos Secretários Estaduais de Planejamento no Encontro Nacional de Brasília, de 15 a 17/12/71, outros documentos solicitados aos Estados para aquela reunião.

Quanto aos aspectos de orçamento, a análise está limitada ao período 1968/72, contando-se para os anos de 1968/70 com dados de Balanço e para 1971/72 com os de Previsão Orçamentária.

A fim de facilitar a análise em cada Estado apresenta-se uma síntese dos principais aspectos do planejamento e orçamento como introdução desses capítulos. Igualmente os anexos incorporados em cada volume dão um detalhamento da parte de planejamento e incluem as tabelas e gráficos pertinentes à análise orçamentária e financeira.

As principais fontes bibliográficas utilizadas foram as publicações do Ministério da Fazenda através da Revista de Finanças Públicas e os respectivos balanços e orçamentos estaduais.

Além das definições clássicas da Lei 4.320/64, adotou-se ainda os seguintes critérios a respeito dos itens abordados nos aspectos orçamentários:

Receitas Próprias: compreendidas como sendo a Receita Total menos a Receita de Transferências. Dessa forma as Operações de Crédito estão incluídas no conceito.

Saldo Orçamentário Efetivo: Representado pelo Saldo Orçamentário (Receita menos Despesa) excluídas as Operações de Crédito.

Receita de Capital Efetiva: Definida como sendo a Receita de Capital menos as Operações de Crédito.

Financiamento das Despesas de Capital: O modelo utilizado considera como fonte de financiamento das Despesas de Capital o somatório dos seguintes itens:

- Saldo em Conta Corrente (SCC) ou Poupança do Governo (diferença entre a Receita e a Despesa Corrente)
- Receita de Capital Efetiva (RKe)
- Operações de Crédito (OC) e
- Saldo Orçamentário (SO), este último tomado com o sinal contrário, de acordo com a seguinte fórmula:

$$DK = SCC + RKe + OC + (SO) \quad (-1)$$

Transferências - Compreendem as Cotas-Partes do Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial e as classificadas no documento como "Outras Transferências" recebidas pelos Estados à Conta dos Impostos Únicos sobre Combustíveis, Lubrificantes, Líquidos e Gasosos (IULCLG), sobre Energia Elétrica (IUEE), sobre Minerais (IUM), Auxílios e/ou Contribuições e outros de menor relevância.

#### Indicadores "Per-Capita"

Os Indicadores "per-capita" (Receita Total, Receita Própria, Transferências, Despesas de Pessoal e Capital "per-capita") foram calculados com base em estimativas de população feitas através da interpolação e extrapolação dos resultados dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, para cada Estado, com vistas a facilitar a comparação interestadual e interregional dessas variáveis. Os números regionais e do Brasil representam a soma dos dados estaduais obtidos segundo os critérios acima referidos.



INDICE

## ÍNDICE

- A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DO MARANHÃO
  - 1. Quadro atual do Planejamento do Estado do Maranhão
  - 2. Plano de Governo do Estado do Maranhão - 1971/74
  - 3. Objetivos e Estratégia Geral
  - 4. Estratégia Setorial e Prioridades
  - 5. Dispêndios e Recursos
  - 6. Instrumentos
  
- B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DO ESTADO DO MARANHÃO
  
- C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO DO MARANHÃO
  - 1. Avaliação Global do Orçamento
  - 2. Análise da Receita
  - 3. Análise da Despesa
  - 4. Análise do Equilíbrio Orçamentário e Financiamento das Despesas de Capital
  - 5. O Endividamento do Estado
  
- D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
  
- E - ANEXOS
  - I - O Planejamento Estadual
    - I.2 - Principais Metas dos Programas Prioritários
  - II - Situação Orçamentária - Tabelas



A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DO MARANHÃO

## A - O PLANEJAMENTO ESTADUAL DO MARANHÃO

O quadro e o organograma seguintes apresentam as linhas gerais da estrutura e evolução do sistema de planejamento do Estado do Maranhão. São descritos, igualmente, os aspectos básicos referentes ao atual plano de desenvolvimento estadual. Em anexo, são apresentados em forma mais detalhada, outras informações pertinentes ao sistema de planejamento do Estado.

ESTADO DO MARANHÃO

## Evolução do Sistema de Planejamento

ANO	LEI OU DECRETO	INSTITUIÇÕES E PLANOS
1958	Lei 1.606 de 14/06/58	Criação do Conselho Deliberativo e da Comissão de Planejamento do Estado.
1961		PLANO DE REIVINDICAÇÕES DO ESTADO DO MARANHÃO - 1961/65
1966		PLANO DE EMERGÊNCIA
	Lei 2.669 de 29/07/66	Revogação da Lei 1.606 de 14/06/58 e criação da SUDEMA ( Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão)
	Decreto 3.417 de 10/11/66	Regulamentação da Lei 2.669 de 29/07/66
	Decreto 3.444- E de 31/12/66	Aprova o sistema de classificação e remuneração de cargos dos servidores da SUDEMA
1967	Decreto 3.669 de 29/12/67	Organiza a estrutura interna da SUDEMA
1968	Decreto 3.706- A de 30/01/68	Altera a remuneração dos servidores da SUDEMA
1971	Lei 3.142 de 15/06/71	Altera a estrutura organizacional e funcional dada à SUDEMA pela sua Lei de criação, basicamente na sua estrutura de órgão controlador e repassador de recursos

ANO	LEI OU DECRETO	INSTITUIÇÕES E PLANOS
1971	<p>Decretos 4.446 de 30/06/71. e 4.470 de 05/07/71</p> <p>Lei 3.173 de 30/09/71</p> <p>Decreto 4.555 de 29/10/71</p>	<p>Regulamentam a Lei 3.142 de 15/06/71</p> <p>Criação do IPEI (Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais e Informáticas)</p> <p>Regulamentação da Lei 3.173 de 30/09/71</p> <p>PLANO DE GOVÊRNO - 1971/74 ( em elaboração).</p>



## 1. QUADRO ATUAL DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO MARANHÃO

O órgão central do Sistema de Planejamento do Estado é a Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão, que tem por função estabelecer, as diretrizes políticas do desenvolvimento do Estado, a elaboração de Planos e ainda atividades de coordenação.

O sistema conta ainda com Entidades Setoriais, compostas pelos órgão de administração direta e indireta, responsáveis pela execução de programas e projetos e pelas Assessorias de Programação e Orçamento - APO - existente em cada unidade executora do Programa de Governo e uma Entidade de Informação Estatística : Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais - IPEI - que tem a seu cargo efetuar direta e indiretamente, estudos e pesquisas de natureza sócio-econômicos necessários à programação global e setorial do Estado.

## 2. PLANO DE GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - 1971/74

O Plano de Governo do Estado do Maranhão - 1971/74, fundamenta-se na "importância do planejamento como apropriado meio de compatibilizar da melhor forma os recursos sempre limitadamente disponíveis, em áreas subdesenvolvidas, ao atendimento das numerosas demandas da ordem econômica e social".

A caracterização do modelo de desenvolvimento que orientou no Estado as opções de política econômica, parte de uma perspectiva histórica relativa ao "processo de elevação dos padrões econômico-sociais da humanidade nos últimos 200 anos": a expansão industrial, induzida pelo processo de capitalização do Setor Primário. Assim, a industrialização constitui uma segunda etapa do processo de desenvolvimento auto-sustentado, em que a expansão do Setor Primário assegura-lhe o fornecimento de insumos básicos, e mercado consumidor para seus produtos.

Nesta ordem de prioridades o "fator de desenvolvimento auto-sustentável" no Estado foi identificado como sendo o Setor Primário, em que se concentra cerca de 80% da população estadual e onde existe em disponibilidade os fatores terra e mão-de-obra.

Dessa forma a ênfase dada ao Setor Primário justifica-se como sendo o "único que oferece viabilidade, devidamente propellido, de expandir-se, gerando um processo auto-sustentável de crescimento econômico, capitalizando-se, ampliando o mercado interno para manufaturas, induzindo industrialização e, através desta, o Setor Serviços e aumentando as taxas de urbanização, em que se aplicariam os excedentes da mão-de-obra agrícola, com o que seria possível uma tecnificação econômica nova da força do trabalho no próprio Setor Primário, conducente a novos saltos na produção agrícola do Estado".

O Plano de Governo estadual tem a seguinte estrutura:

- a) Pré-Diagnóstico da Situação Econômica e Social do Estado;
- b) Filosofia do Plano;
- c) Programas Prioritários;
- d) Programas Complementares; e
- e) Programação Financeira.

O Pré-Diagnóstico, em seu aspecto macro-econômico, acentua a dependência da evolução da Renda Interna para com as atividades agropecuárias, que tem sido, nos últimos anos, o setor dinâmico da economia estadual.

Em "Filosofia do Plano" é apresentado um esboço do modelo de desenvolvimento adotado para o Estado, e no qual se enquadra a opção de concentrar todo o esforço desenvolvimentista no Setor Primário.

Para os "Programas Prioritários" e "Programas Complementares", são descritos os objetivos, as metas, os sub-programas, os órgãos participantes e de apoio, assim como os recursos financeiros estabelecidos para cada programa.

### 3. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA GERAL

O objetivo do Plano de Governo estadual é de "expandir a criação da riqueza e estabelecer critérios mais justos em sua distribuição, de forma a assegurar que a crescente prosperidade do Estado se traduza na elevação dos padrões de vida de toda a população". Para tanto, a estratégia adotada, partindo da identificação do "fator de desenvolvimento auto-sustentável" - o Setor Primário - induziu "a concentração do apoio do Poder Público sobre o maior número de empresas agrícolas pequenas e médias e de dimensão familiar, reforçando-lhes a capitalização e a técnica de trabalho, a fim de que, elevando-se sua renda, enriqueça-se o Estado, amplie-se o consumo de manufaturados, introduza-se a industrialização e se esforce a capacidade de investir do Governo".

### 4. ESTRATÉGIA SETORIAL E PRIORIDADES

Consoante a diretriz principal da ação do Governo, a dinamização do Setor Primário, a programação governamental foi desdobrada em Programas Prioritários compreendendo a Agricultura e Recursos Naturais, e Programas Complementares, compreendendo os seguintes setores: Transporte, Energia, Comunicações, Saneamento, Indústria, Serviços, Educação, Saúde, Habitação, Urbanização, Bem Estar Social e Administração

Tanto para os Programas Prioritários como para os Complementares, são apresentados, os objetivos, as metas, a descrição dos sub-programas, a área de atuação, os órgãos participantes e de apoio e os recursos financeiros exigidos para cada programa.



Para efeito da análise das prioridades, os diversos setores foram agrupados em Atividades-Meio, Infra-Estrutura Social, Infra-Estrutura Física e Setores Produtivos. Merece destaque o volume de investimentos destinados aos Setores Produtivos (36,5%) e dentro deste a parcela destinada a Agricultura e Recursos Naturais - 32,7% dos investimentos totais.

São os seguintes os Investimentos Globais para o período 1971/74:

	(%)
<u>ATIVIDADES MEIO</u>	<u>2,1</u>
Administração	0,8
Serviços	1,3
<u>INFRA-ESTRUTURA SOCIAL</u>	<u>32,0</u>
Educação	4,7
Saúde	1,6
Habitação	14,1
Urbanismo	1,2
Bem Estar Social	0,4
Saneamento	10,0
<u>INFRA-ESTRUTURA FÍSICA</u>	<u>29,2</u>
Comunicações	0,9
Energia	13,3
Transportes	15,0
<u>SETORES PRODUTIVOS</u>	<u>36,8</u>
Agricultura e Rec. Naturais	32,7
Indústria	4,1
<u>T O T A L</u>	<u>100,0</u>

5. DISPÊNDIOS E RECURSOS

O Programa de Governo para o quadriênio 1971/74 compromete recursos da ordem de Cr\$ 1.223,8 milhões. Desse total, 41,4% serão provenientes da Receita Estadual, incluindo os fundos de participação estadual e especial. O percentual de 58,6% provirão de fontes de recursos externos, assim discriminados:

- 26,3% oriundos de Operações de Crédito a serem realizadas;
- 22,3% oriundos de "Auxílios e Convenios a serem firmados com a União".

As tabelas I, II e III apresentam os investimentos previstos para o período, por origem dos recursos, e a aplicação por programas:

TABELA I

Investimentos previstos para o período 1971/74

Origem dos Recursos	V A L O R Cr\$ milhões	%
1 - Recursos próprios de Investimento (50% da Receita Estadual)	506,5	41,4
2 - Operação de Crédito e Repasses	444,5	36,3
3.- Auxílios e Convênios (União)	272,8	22,3
T o t a l	1.223,8	100,0

Fonte: Diretrizes Gerais do Programa de Governo.

TABELA II

Recursos do Estado, previstos para o período 1971/72

Origem dos Recursos	V A L O R Cr\$ milhões	%
1 - Fundo de Participação	227,0	23.8
2 - Fundo Especial	155.0	16.3
3 - Imposto Único s/Minerais	1.8	0.2
4 - Arrecadação Direta	402.0	42.1
5 - Fundo Rodoviário	112.0	11.7
6 - Fundo de Eletrificação	22,0	2.3
7 - MEC	34,0	3.6
T O T A L	953,8	100.0

Fonte: Diretrizes Gerais do Programa de Governo

TABELA III

Estado do Maranhão. Investimentos por Programas - 1971/74

(Em Cr\$ milhões)

PROGRAMAS	ORIGEM DOS RECURSOS							
	ESTADUAIS		FEDERAIS		OPERAC. DE CRÉDITO		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Agricultura e Recursos Naturais	175,0	14,3	60,3	4,9	165,5	13,5	400,8	32,7
Transportes	113,0	9,2	40,0	3,3	30,0	2,5	183,0	15,0
Energia	23,0	1,9	140,0	11,4	-	-	163,0	13,3
Comunicações	2,0	0,2	-	-	8,0	0,7	10,0	0,9
Saneamento	35,0	2,9	20,0	1,6	67,0	5,5	122,0	10,0
Indústria	26,0	2,1	-	-	24,0	2,0	50,0	4,1
Serviços	14,0	1,1	2,5	0,2	-	-	16,5	1,3
Educação	49,0	4,0	8,0	0,7	-	-	57,0	4,7
Saúde	17,0	1,4	2,0	0,2	-	-	19,0	1,6
Habitação	23,0	1,9	-	-	150,0	12,2	173,0	14,1
Urbanismo	15,0	1,2	-	-	-	-	15,0	1,2
Bem Estar Social	5,0	0,4	-	-	-	-	5,0	0,4
Administração	9,5	0,8	-	-	-	-	9,5	0,8
T O T A L	506,5	41,4	272,8	22,3	444,5	36,3	1223,8	100,0

Fonte: Diretrizes Gerais do Programa de Governo.

## 6. INSTRUMENTOS

O Plano de Governo estadual não faz referência explícita aos instrumentos que serão acionados para a consecução dos objetivos e metas propostas. Entretanto, em documentos apresentados no Encontro Nacional de Secretários do Planejamento - Brasília, dezembro de 1971 - explicita-se que "são instrumentos de execução os orgãos públicos e particulares chamados a colaborar, através de convênios, na execução dos Programas.

Aqueles documentos fazem referência ainda ao sistema de controle do Plano, que compreenderá as seguintes fases:

- a - acompanhamento da execução dos programas e projetos;
- b - avaliação dos resultados;

No processo de acompanhamento e avaliação dos resultados, serão observados os aspectos quantitativos e qualitativos da execução e funcionamento dos projetos e programas da seguinte forma:

- a) quanto às programações setoriais - pelas unidades auxiliares do sistema;
- b) quanto às modificações ambientais - pelas unidades de Informação Estatística;
- c) quanto às metas do Plano de Governo pela Unidade central.

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS  
DO ESTADO DO MARANHÃO

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS  
DO ESTADO DO PARANÁ

1. Orçamento para 1972: 351,2 milhões de cruzeiros

2. Participação relativa da Receita Estadual (%):

	1968	1970	1972
- s/Receita da Região	7,4	7,8	10,0
- s/Receita Total dos Estados	0,7	0,8	1,1

3. Crescimento da Receita Total em termos reais (% a.a.):

	Estado	Região
1968/70	+ 11,0	+ 7,7
1971/72	+ 33,8	+ 18,1

4. Crescimento da Receita de Capital em termos reais (% a.a.):

	Estado	Região
1968/70	+ 28,4	+ 32,1
1971/72	+ 59,6	+ 21,3

5. Participação relativa na Receita Total (%):

	ICM	TRANSFERÊNCIAS			Total
		F.Particip.	F.Especial	Outras(*)	
1968	44,6	51,4	-	0,9	52,3
1970	47,8	29,1	20,7	0,4	50,2
1972	27,1	17,7	13,7	18,7	50,1

(\*) - Inclusive Quotas Partes dos Impostos Únicos s/Energia, Combustíveis e Lubrificantes, Minerais do País.

6. Receita Própria "Per-Capita" do Estado (Inclusive Operações de Crédito)

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita "Per-Capita" da Região (%)	48,7	50,5	66,7
- s/Receita "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	12,4	13,0	19,6

7. Receita de Transferência "Per-Capita" do Estado

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" da Região (%)	110,0	134,7	167,5
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	107,5	120,9	142,5

8. Despesas de Pessoal s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	30,3	28,6	19,0
Região	41,1	39,5	33,3
Total dos Estados	34,9	31,7	27,5

9. Despesas de Capital s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	40,3	39,0	50,9
Região	31,9	34,9	36,8
Total dos Estados	24,0	27,6	30,6

10. Composição da Dívida em 1970 (%) :

<u>FLUTUANTE</u>	<u>FUNDADA</u>	<u>EXTERNA</u>
57,3	42,7	-

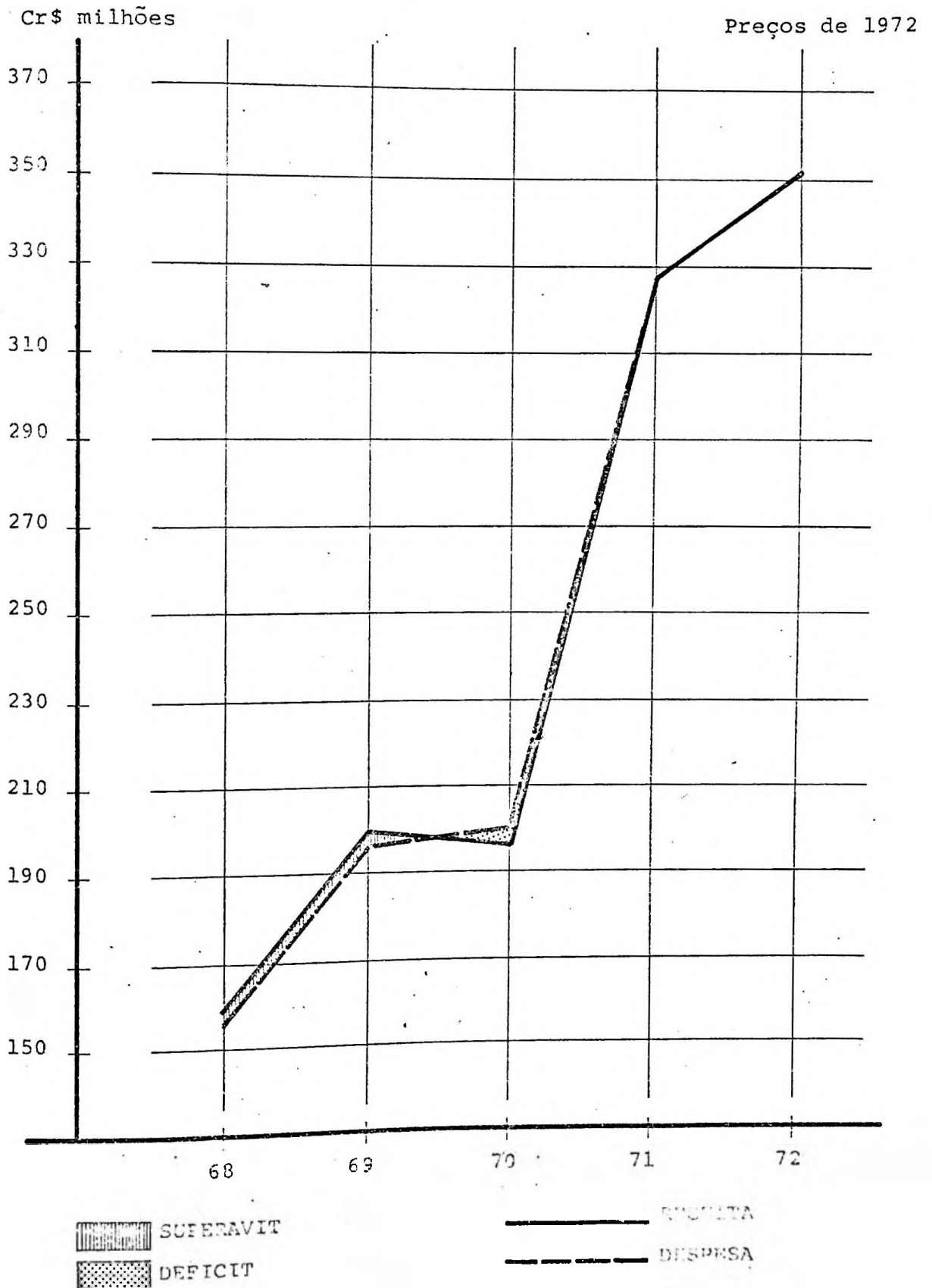
11. Participação Relativa da Dívida s/Receita Total-1970-(%) : 19,8

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
12. Operações de Crédito s/Receita Total (%) :	-	0,2	17,2
13. Amortizações + Juros s/Receita Total (%) :	0,2	1,9	0,9
14. <u>Superavit (+) ou Déficit (-) efetivo sobre a Receita Total (%) :</u>			

<u>1968</u>	<u>1970</u>
(+) 2,2	(-) 2,4



ESTADO DO MARANHÃO  
COMPARATIVO ENTRE RECEITA E DESPESA  
1968/1972



C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
DO ESTADO DO MARANHÃO

C. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
DO ESTADO DO MARANHÃO

1. AVALIACÃO GLOPAL DO ORÇAMENTO

1.1 O Orçamento em 1972

O Orçamento do Estado do Maranhão, para o exercício financeiro de 1972, fixa a despesa e estima a Receita no montante de Cr\$351,2 milhões.

1.1.1 Posição Relativa da Receita

A Receita realizada no sub-período 1968/70 e a Receita estimada para o sub-período 1971/72, tomadas em relação ao somatório das Receitas de todos os Estados e do Distrito Federal e à Receita da União, conforme se apresenta abaixo, prevêm uma melhoria relativa do Estado para os anos 1971/72.<sup>1/</sup> Esta melhoria resulta principalmente do substancial incremento da Receita do Estado, em termos reais, estimada nos Orçamentos daqueles anos.

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Receita Estadual/Receita da Região Nordeste (%):	7,4	8,3	7,8	11,0	10,0
Receita Estadual/Receita dos Estados (%):	0,7	0,7	0,8	1,2	1,1
Receita Estadual/Receita da União (%):	0,7	0,8	0,7	1,3	1,1

Os gráficos nos. I, II e III apresentados no Anexo I do Volume 14, mostram a posição relativa da Receita do Estado, nos anos 1968, 1970 e 1972, com relação aos demais Estados da Região Nordeste, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do Distrito Federal e à Receita da União.

1.1.2 Evolução da Receita em termos reais

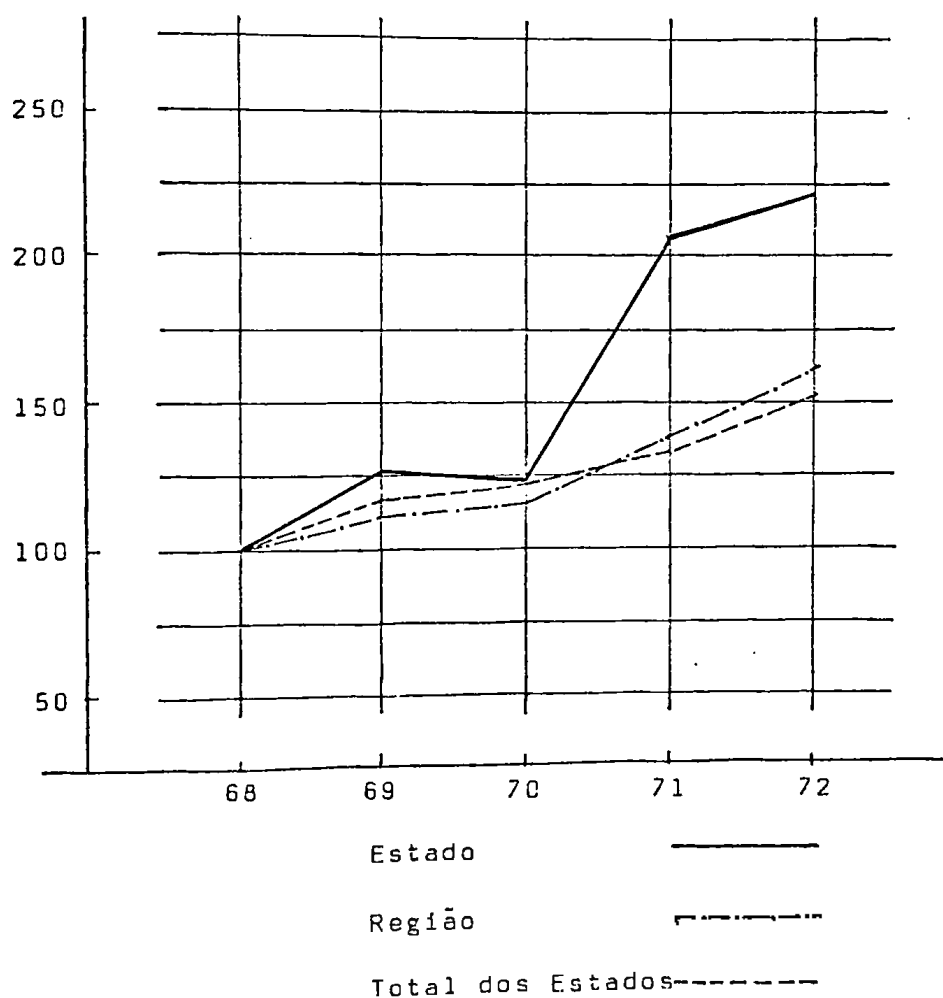
A Receita em termos reais, como indicam os dados abaixo, apresenta duas tendências de crescimento cujos dinamismos têm intensidades bem diferenciadas.<sup>2/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968=100)	100	125	123	206	221
Acrêscimos anuais (%)	-	+25,0	-1,4	+66,8	+7,4

<sup>1/</sup> Tabela BR-1.3, 1.4 e 1.5 - Todas as tabelas citadas com a referência BR- encontram-se no anexo II, do volume 14

<sup>2/</sup> Tabelas MA- 1.2 e 1.3, apresentadas no anexo II deste volume.

A tendência referente aos anos de execução orçamentária, com taxa de crescimento da ordem de 10,9%, segue de perto o comportamento observado na Região e Total dos Estados. A relativa aos anos de previsão orçamentária, com taxa (\*) de 34,2% evidencia uma expectativa de crescimento bem mais acelerada que a prevista para a Região e Total dos Estados no mesmo período, como ressalta o quadro abaixo:



(\*) As taxas de crescimento para o período de previsão orçamentária foram calculadas com base no ano de 1970. Este procedimento visou correlacionar as tendências diversas assumidas nos sub-períodos 68/70 e 71/72, construídos respectivamente com dados de balanço e previsão orçamentária.

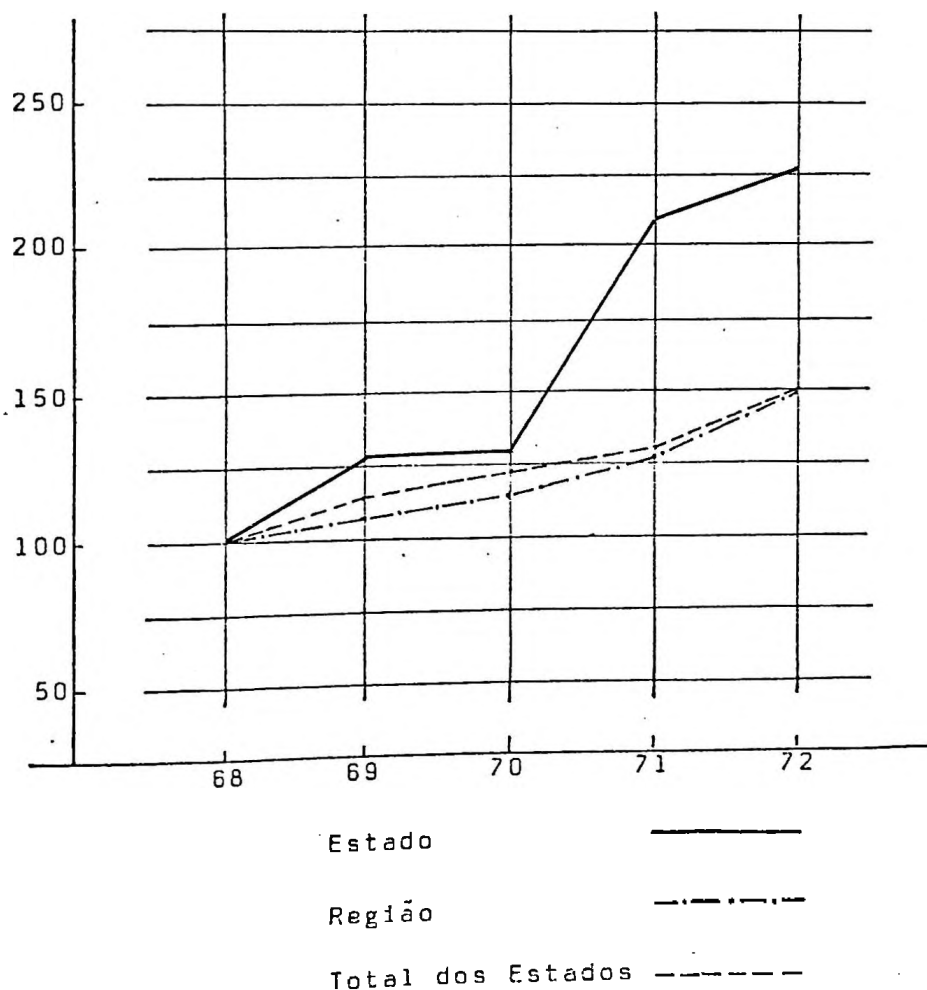
### 1.1.3 - Evolução da Despesa em termos reais

A evolução da Despesa em termos reais, de acôrdo com dados abaixo, mostra uma tendência regularmente ascendente, ao contrário da observada para a Receita:✓

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice:	100	126	129	210	226
Acrêscimos anuais: (%)	-	+25,8	+ 2,5	+63,2	+ 7,4

Para o sub-período 1968/1970, observa-se um acréscimo de 13,5% a.a., superior ao da Receita, (11,0% a.a.) no mesmo período, induzindo Deficit Orçamentário em 1970.

O gráfico abaixo apresenta o crescimento, em termos reais da Despesa do Estado, da Despesa da Região e do Somatório das Despesas dos Estados e do Distrito Federal.✓



✓ Tabelas MA - 1.2. e 1.3.

✓ Tabela BR - 3.1.

## 2. ANÁLISE DA RECEITA

A análise da Receita se desdobrará em duas etapas:

- análise segundo as categorias econômicas
- análise segundo a origem

Neste segundo sub-ítem será dado destaque ao ICM e às Transferências e sua posição relativa no Orçamento.

### 2.1. Análise segundo as categorias econômicas

O gráfico nº V ,Anexo I,Vol. 14, mostra as Receitas dos Estados da Região desdobradas em Correntes e Capital.

O Estado do Maranhão apresenta uma distribuição onde se destaca a menor participação das Receitas Correntes no Total de Receitas em comparação as observadas para a Região e conjunto dos Estados e Distrito Federal.<sup>1/</sup>

Contudo, os três níveis acima (estadual, regional e nacional) apresentam a mesma tendência de diminuição da importância relativa das Receitas Correntes e benefício dos de Capital.

---

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.6

2.1.1. Evolução em termos reais das Receitas Correntes e de Capital

Como já se verificou, a Receita Estadual, em termos reais, cresceu a taxa de 10,8% a.a. no sub-período 68/70 e apresentou previsões de 34,2% para o sub-período 71/72.

Como a evolução das Receitas Correntes se fez respectivamente às taxas de 4,0 e 17,1%, torna-se evidente que o dinamismo observado na Receita se deveu ao desempenho das Receitas de Capital, em que pese a menor participação (38,9% em média) destes recursos.

As Receitas de Capital apresentaram taxas bem mais elevadas que as constatadas para a Receita Total e uma tendência ascendente ao longo do período, além de prever uma aceleração no seu ritmo de expansão no final do período, passando de uma taxa de 28,4% a.a. no sub-período 1968/70, para 59,6% a.a. em 1971/72.

O quadro a seguir mostra a evolução, em termos reais, das Receitas Correntes e de Capital:<sup>1/</sup>

Receita Corrente e de Capital

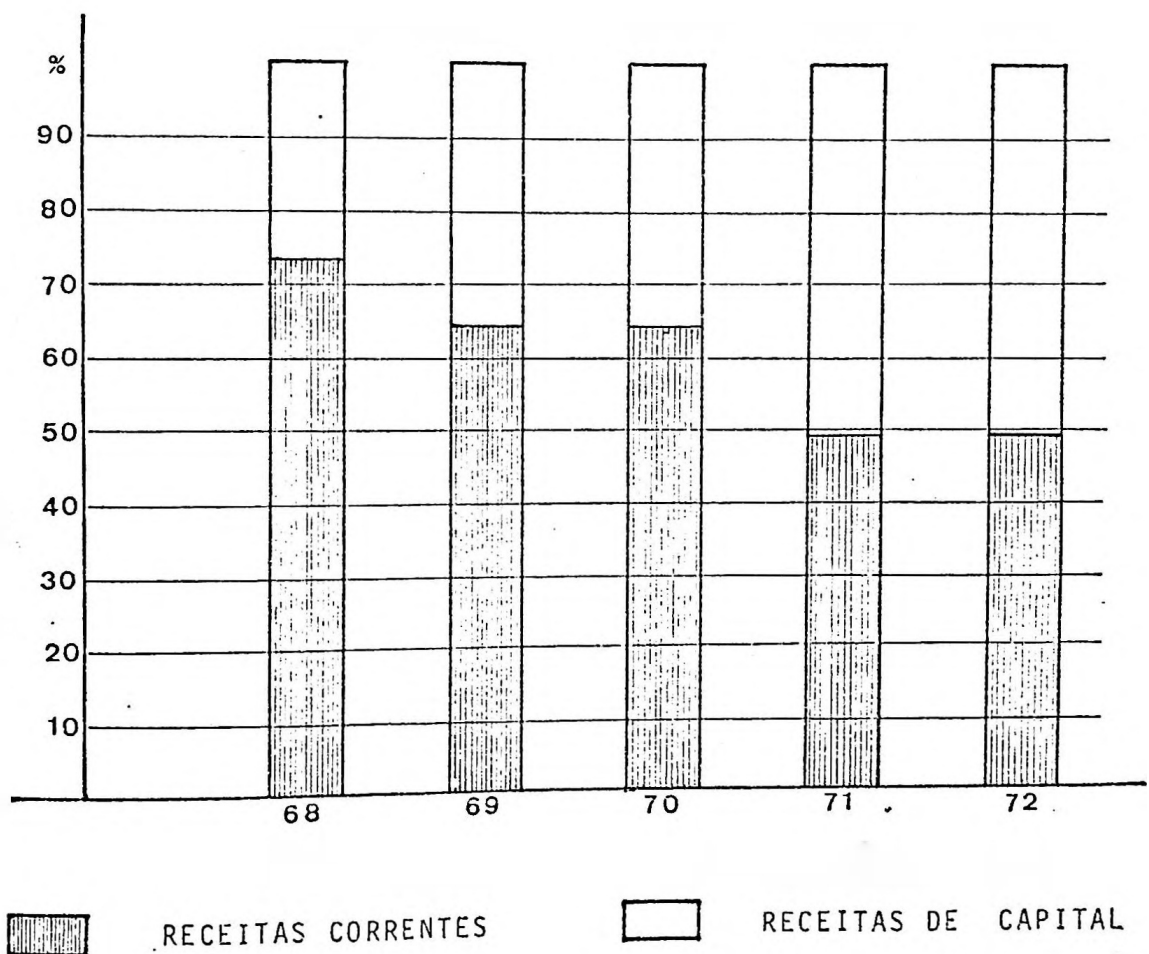
Nº Índice - 1968 = 100

ANO	RECEITA CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	110	167
1970	108	165
1971	138	392
1972	148	420

<sup>1/</sup> Tabela MA - 1.1

2.1.2. A Composição Percentual da Receita segundo as categorias econômicas

O ritmo de crescimento mais acelerado das Receitas de Capital conduziu à modificações na composição do Total de Receitas, com um sensível declínio da participação relativa das Receitas Correntes, como mostra o gráfico abaixo:<sup>1/</sup>



<sup>1/</sup> Tabela MA - 1.1



O comportamento acima descrito das Receitas de Capital é explicado, como será visto a seguir, pela evolução das Operações de Crédito e pela evolução mais acelerada das Transferências de Capital em relação às Transferências Correntes, os principais elementos componentes das Receitas de Capital.

## 2.2. Análise segundo a Origem

O gráfico nº VI apresentado no Anexo I do Volume 14, mostra a comparação da composição das Receitas dos Estados e da Região, desdobradas em Próprias e Transferências, situando-se o Maranhão como um dos estados nordestinos de maior dependência às Receitas de Transferências:<sup>1/</sup>

### 2.2.1. Evolução em termos reais das Receitas Próprias e Transferências

A evolução das Receitas Próprias, em termos reais, identifica para o sub-período 1968/70 (dados de Balanço) uma tendência ascendente, 13,5% a.a.. Para o sub-período 1971/72 a estimativa das Receitas Próprias mostram-nas crescendo a uma taxa ainda mais elevada, da ordem de 34% a.a., embora em 1972 haja um pequeno decréscimo de -2.3% em relação a 1971. Os dados abaixo mostram essa evolução:<sup>2/</sup>

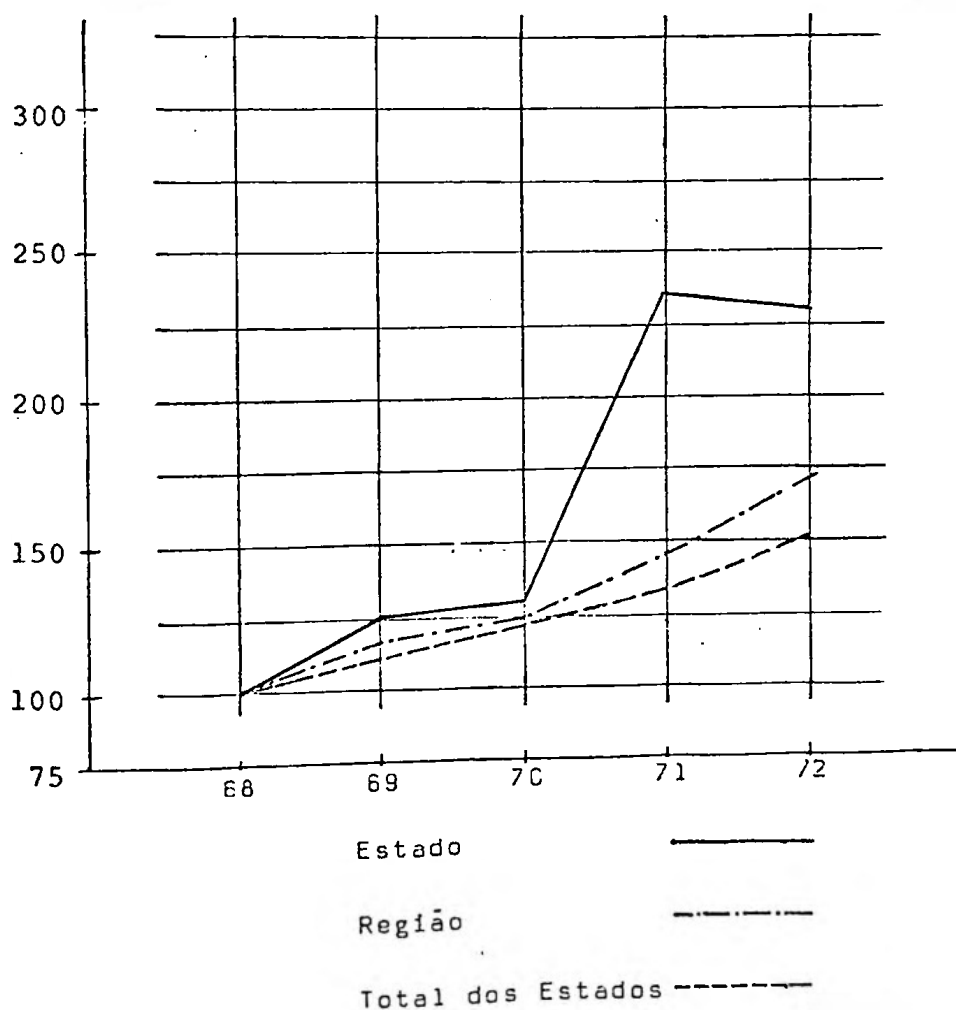
	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índices (1968=100):	100	125	129	237	231
Acréscimos anuais: (%)	-	+24,6	+ 3,3	+83,8	- 2,3

O comportamento observado para as Receitas Próprias no primeiro sub-período reflete a tendência ascendente do ICM, que cresceu 32% em termos reais. Já no segundo sub-período, os consideráveis incrementos previstos nas "Operações de Crédito" (0,4 Cr\$ milhões para Cr\$ 60,3 milhões) e nas "Outras Receitas" (3,5 Cr\$ milhões para 20,1 Cr\$ milhões) justificam o elevado ritmo de crescimento das Receitas Próprias.

<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.2

<sup>2/</sup> Tabela MA - 2.2

O gráfico abaixo apresenta o crescimento em termos reais das Receitas Próprias do Estado, da Região e do total de todos os Estados e Distrito Federal.<sup>1/</sup> Constatase que as Receitas Próprias do Maranhão estão crescendo a um ritmo mais intenso que as médias regional e nacional. Enquanto as Receitas Próprias do Estado estão crescendo a 22,3% a.a., a Região Nordeste tem as suas Receitas Próprias evoluindo a 14,5% a.a., e os Estados como um todo, a 10,9% a.a.:



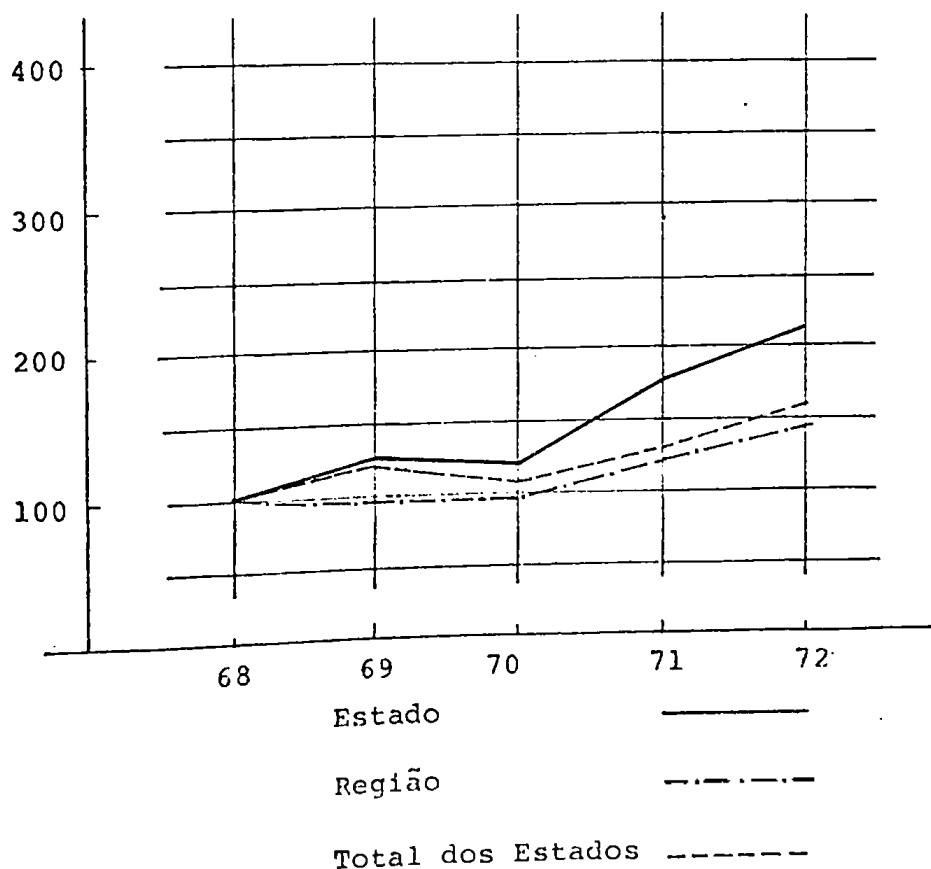
<sup>1/</sup> Tabela BR - 2.1

As Transferências, em termos reais, no sub-período 1968/70 cresceram a uma taxa da ordem de 8,8% a.a. As previsões para o sub-período 1971/72 mostram-nas crescendo a uma taxa de 33,7% a.a., taxa esta comparável com aquela observada nas estimativas das Receitas Próprias.

O quadro abaixo representa o ritmo da evolução das Transferências para o Estado:✓

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Nºs Índices	100	125	118	177	212
Acréscimos anuais: (%)	-	+25,4	- 5,6	+49,8	+19,3

O gráfico seguinte apresenta a evolução, em termos reais, das Transferências recebidas pelo Estado, pela Região e pelo Total dos Estados e Distrito Federal.✓ É verificado então que o Maranhão está tendo as suas Receitas de Transferências evoluindo mais rapidamente que a Região Nordeste e os Estados como um todo. Em termos de taxa de crescimento, o Maranhão tem as suas Transferências crescendo a 20,6% a.a., a Região Nordeste a 9,2% a.a., e os Estados a 12,3% a.a.



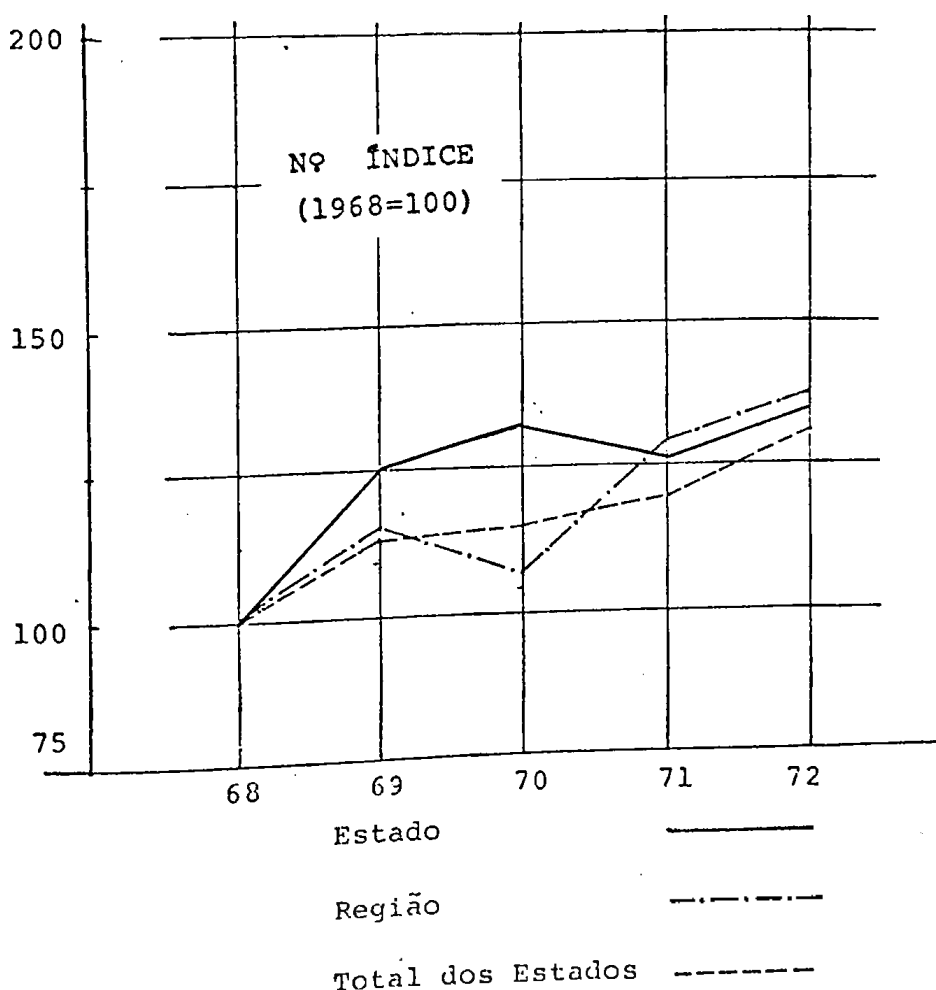
✓ Tabela MA-2.2  
 ✓ Tabela BR-2.1

2.2.2. ICM

O ICM, principal componente das Receitas Próprias, contribuiu para o Total de Receitas, estadual, no período 68/70, com cêrca de 46,0%. No sub-período subsequente espera-se um forte declínio na quela participação, atingindo já em 1971 sômente 27,3%.<sup>1/</sup>

Em termos reais o ICM, no sub-período 1968/70 cresceu a uma taxa de 14,9%a.a. Para os dados de previsão espera-se uma relativa estagnação, pois em 1970 o ICM foi de 93,8 Cr\$ milhões e em 1972 está estimada em apenas 95,0 Cr\$ milhões a preços de 1972.

O gráfico a seguir compara a evolução do ICM no Maranhão, com a sua evolução na Região Nordeste e Total dos Estados<sup>2/</sup>, que se apresenta bastante expressiva no primeiro sub-período, pois seu ritmo de crescimento foi superior aos do Nordeste e Total dos Estados da Federação. Nas estimativas para 1971/72 o ICM do Estado apresenta-se, como já foi visto, quase estagnado, enquanto os valores relativos aos somatórios dos Estados da Região e do Brasil mantêm-se crescentes. Contudo, considerando-se todo o período em análise, os dados do Estado situam-no numa posição intermediária, logo abaixo da média verificada para a Região.



<sup>1/</sup> Tabela MA - 2.1

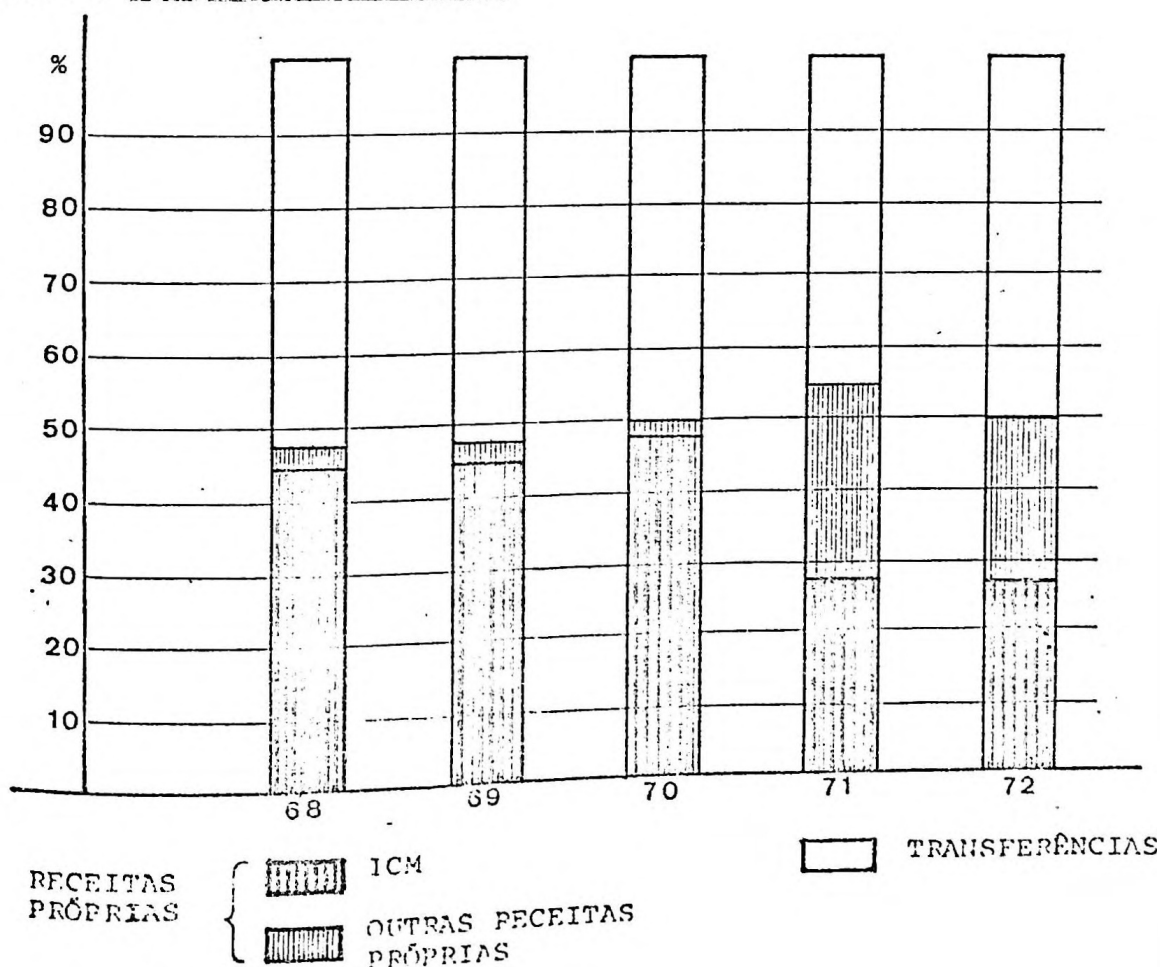
<sup>2/</sup> Tabela BR - 2.2.1

O Gráfico nº VII apresentado no Anexo I do Vol. 14, mostra a proporção do ICM no total de Receitas para todos os Estados da Região Nordeste nos anos de 1968, 1970 e 1972. O Maranhão tem uma das proporções mais baixas, com o agravante de estar se distanciando da proporção média da região. Ou seja, o ICM participa menos na Receita que a média regional, e tem em 1972 uma participação ainda menor que nos anos anteriores.

### 2.2.3 - A Composição Percentual da Receita Segundo a Origem

As receitas Próprias e as Transferências tem ritmos de crescimento muito semelhantes, de modo que a composição da Receita tem permanecido estável ao longo do período em análise.

No sub-período 1968/70, o ICM corresponde à quase totalidade das Receitas Próprias. No sub-período seguinte o ICM diminuiu substancialmente sua participação na Receita Total, mas as "Operação de Crédito", e "Outras Receitas" compensaram esta diminuição de modo a manter estável a participação das Receitas Próprias no total das Receitas. O gráfico a seguir ilustra a estabilidade da composição da Receita.



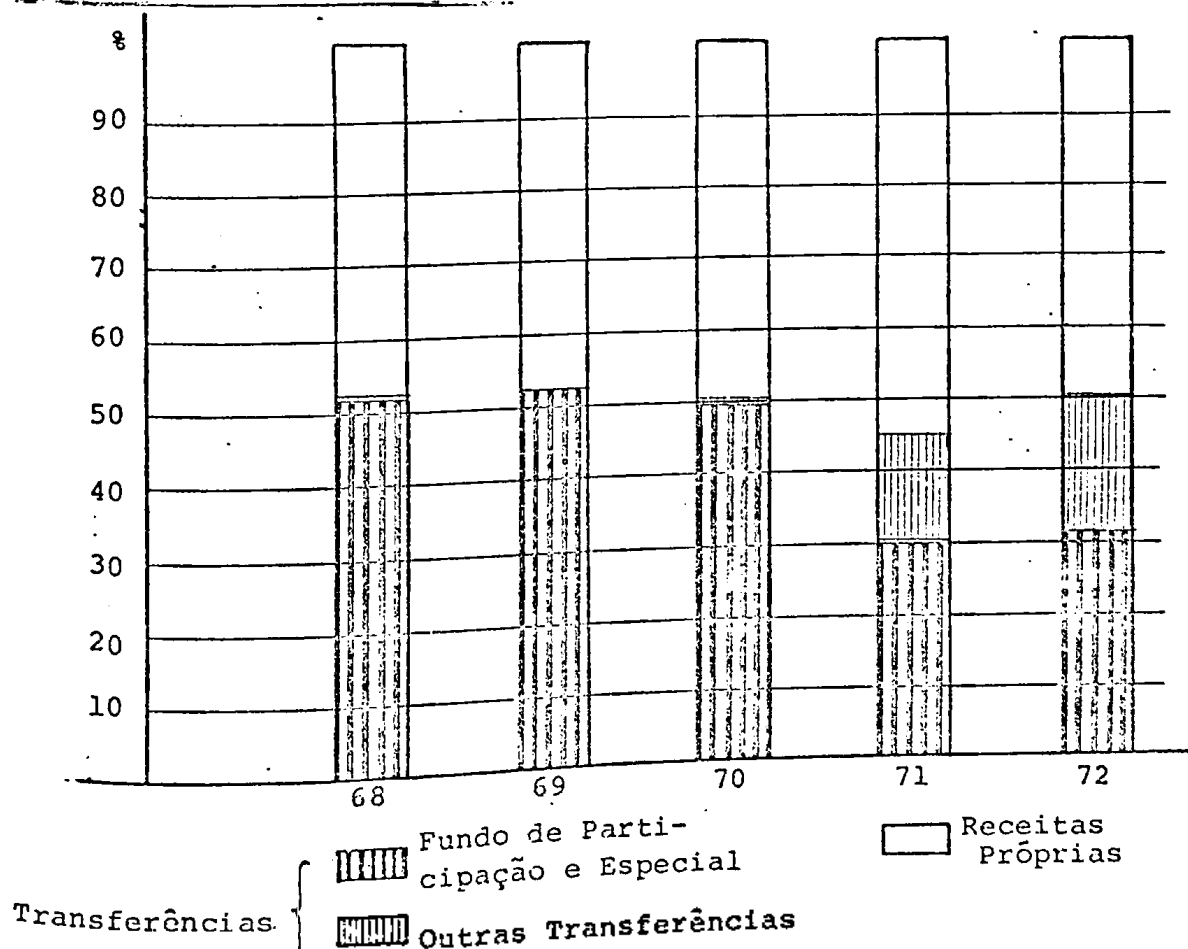
### 2.2.4 - As Transferências e sua Posição Relativa no Total das Receitas

As Transferências apresentam-se com uma participação relativa ao Total das Receitas ligeiramente decrescente para os dados de Balanço, passando de 52,3% em 1968 para 50,2% em 1970. Para os dados de Orçamento, há em 1971 estimativa de diminuição da participação das Transferências (45,1%), mas em 1972 a estimativa praticamente restabelece a posição alcançada em 1970, ou seja, 50,1%.

Em conjunto, os Fundos constituem a quase totalidade das Transferências no período 1968/70, mantendo assim a mesma participação destas na Receita Total. Para os anos 1971 e 1972, as estimativas referentes aos Fundos levam a uma substancial diminuição em sua participação na Receita Total. De uma participação média de 51% em 1968/70, passam para 30% em 1971 e 31% em 1972.

Enquanto isto, as "Outras Transferências" passam de uma participação na Receita Total de apenas 0,4% em 1968/70, para 15% em 1971 e 19% em 1972.

As modificações na composição relativas das Transferências podem ser visualizadas no gráfico abaixo:



O Gráfico nº VIII apresentado no Anexo I do Vol.14, mostra a comparação das Transferências recebidas pelos Estados da Região Nordeste, relativa ao total de Transferências recebidas por todos os Estados da Federação e do Distrito Federal.<sup>1</sup> O Maranhão tem participação crescente no total das Transferências, em decorrência do ritmo intenso com que estão evoluindo, superior àqueles em que evoluem os totais regional e nacional.

O gráfico nº IX apresentado no Anexo I do Vol.14, mostra a participação dos diferentes Estados nas Transferências dos Fundos de Participação dos Estados e do Fundo Especial. O Estado do Maranhão tem a sua participação mais elevada ao final do período, tornando-se um dos Estados com maior participação no recebimento de recursos dos Fundos.<sup>2/</sup>

O quadro abaixo apresenta a participação relativa do Maranhão no Total das Transferências e no Total dos Fundos:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Transferências (%)	3,5	3,7	3,9	4,9	4,7
Fundos (%)	6,8	10,2	9,6	9,6	8,9

#### 2.2.5 - Receitas em Termos "Per Capita"

##### Receitas Próprias Per-Capita:

As Receitas Próprias "per capita" do Maranhão são inferiores à média regional das Receitas Próprias "per-capita" em todo período 1968/72. As substanciais estimativas de crescimento das Receitas Próprias nos Orçamentos de 1971 e 1972, fazem com que os valores estimados para o Estado se aproximem da média estimada para a Região, em termos "Per-capita".<sup>1</sup> Em 1968 as Receitas Próprias "per-capita" do Estado eram de 25,99 Cr\$/habitante, ou 49% da média regional de 53,32 Cr\$/habitante. Em 1972, as Receitas Próprias "per-capita" estão estimadas em 55,53 Cr\$/habitante, ou 67% da média regional de 83,30 Cr\$/habitante. Ocorrendo assim uma melhoria da posição relativa do Estado.

<sup>1</sup> Tabela BR - 2.5

<sup>2</sup> Tabela BR - 2.5.1

<sup>1</sup> Tabela BR - 2.3

O Gráfico nº X, apresentado no Anexo I do Vol.14, mostra as Receitas Próprias "Per-Capita" dos Estados Nordestinos, do Total dos Estados e da Região Nordeste. Observa-se que as Receitas Próprias "per-capita" do Maranhão são as menores em comparação aos demais Estados da Região.

#### Transferências "Per-Capita"

As Transferências "per-capita" em termos reais, recebidas pelo Estado, apresentam-se para o período superiores às Transferências "per-capita" calculadas para a Região Nordeste e para o total dos Estados e Distrito Federal. <sup>1/</sup> Em 1968, as Transferências "per-capita" eram de 28,45 Cr\$/habitante, ou 110% da média regional de 25,87 Cr\$/habitante. Em 1972, as Transferências per-capita estão estimadas em 55,66 Cr\$/habitante, ou 167% da estimativa da média regional de 33,24 Cr\$/habitante. Havendo assim, uma projetada melhoria da posição do Estado.

O Gráfico nº XI apresentado no Anexo I do Vol.14, mostra as Transferências "per-capita" recebidas pelos Estados comparadas às da Região Nordeste e às do total dos Estados. A melhoria da posição relativa do Maranhão dentro da região é facilmente constataável.

A análise da Receita evidencia a existência de duas tendências.

- a primeira, para o período 1968/70, quando as Receitas Próprias e as Transferências têm uma evolução regular, mantendo aproximadamente as mesmas participações, e a evolução das Receitas Próprias é reflexo da evolução do ICM enquanto a das Transferências é representada pela evolução dos Fundos;

---

1 Vide tabela BR - 2.3



- a segunda, referente às estimativas constantes dos Orçamentos de 1971 e 1972, quando as Receitas Próprias e as Transferências tem previsões de crescimento muito mais elevados (de 13,5% e 8,8% a.a. passam para 34,0% e 34,7% a.a., respectivamente), e a rápida expansão estimada para as Receitas Próprias passa a ser reflexo da substancial evolução das "Operações de Crédito" e "Outras Receitas", e o expressivo crescimento das Transferências passa a ser reflexo da evolução das "Outras Transferências".

Em resumo, as estimativas de expansão da receita em 1971 e 1972 são resultantes dos elevados ritmos de crescimento previstos para "Operações de Crédito", "Outras Receitas Próprias" e "Outras Transferências".

### 3. ANÁLISE DA DESPESA

A abordagem do item Despesa será efetuada segundo:

- 3.1. - as categorias econômicas
- 3.2. - as funções

#### 3.1. - Análise Segundo as Categorias Econômicas

O Gráfico nº XII apresentado no Anexo I do Vol.14, mostra a composição das Despesas dos Estados da Região Nordeste segundo as categorias econômicas. <sup>1</sup> O Maranhão tem uma proporção de gastos correntes menor que a média regional. Sendo que em 1968 e 1972 é o estado com menor proporção de gastos correntes, e consequentemente, o estado com maior proporção de gastos de capital.

<sup>1</sup> Tabela BR - 3.3

### 3.1.1 Evolução em Termos Reais das Despesas Correntes e de Capital

O crescimento das Despesas Correntes, em termos reais, no sub-período 1968/70 foi de 14,9% a.a. No sub-período 71/72, as estimativas implicam em uma taxa de crescimento mais elevada, da ordem de 18,7 a.a..

A evolução, a preços constantes, dos componentes das Despesas Correntes foi a seguinte:

- no período 1968/70, as Despesas com pessoal evoluíram a 10,3% a.a. enquanto as Outras Despesas Correntes evoluíram a 19,4% a.a.;
- no período 1971/72, as Despesas com Pessoal têm seu crescimento estimado em apenas 7,9% a.a., enquanto as Outras Despesas Correntes estão estimadas a evoluir em 27,9% a.a..

O crescimento das Despesas de Capital, em termos reais, apresenta-se bastante acentuado ao final do período (taxa da ordem de 11,7% a.a. para o sub-período 1968/70, e 50,9% a.a. para o sub-período 1971/72).

O quadro abaixo ilustra a evolução, em termos reais, das Despesas Correntes e de Capital:<sup>1/</sup>

Nº ÍNDICE - 1968 = 100

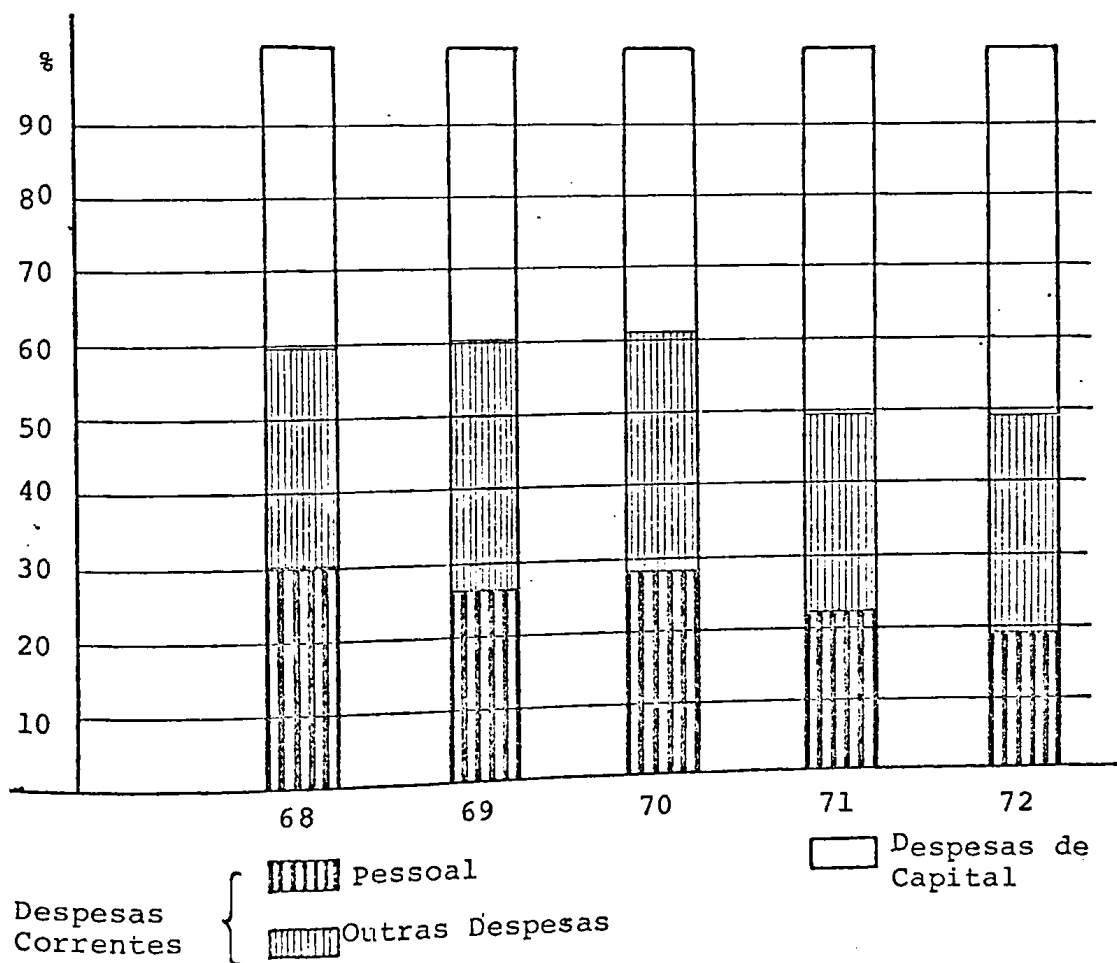
ANO \ DESPESA	CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	127	124
1970	132	125
1971	174	264
1972	186	285

<sup>1/</sup> Tabela MA - 3.2

O Gráfico nº XII apresentado no Anexo I do Vol.14, mostra a comparação das Despesas com Pessoal para os Estados da Região.<sup>2</sup> O Maranhão é o estado nordestino com menor proporção de gastos com Pessoal.

3.1.2. - A Composição Percentual da Despesa Segundo as Categorias Econômicas

O descompasso entre os ritmos de crescimento entre as Despesas de Capital e as Despesas Correntes determinou uma mudança na composição do Total das Despesas, com aumento da proporção das Despesas de Capital, ao final do período, como evidencia o gráfico abaixo.<sup>3/</sup>



<sup>2</sup> Tabela BR - 3.4

<sup>3</sup> Tabela MA - 3.1

### 3.1.3. - Despesas com Pessoal e Capital em Termos "Per - Capita"

As Despesas com Pessoal "per-capita", em termos reais, mostram-se em expansão, passando de 16,13 Cr\$/habitantes para 21,12 Cr\$/habitantes no período 1968/72. Em termos relativos, a Despesa com Pessoal "per-capita" do Estado que em 1968 representava 46% da média calculada para a Região Nordeste (35,44 Cr\$/habitante), deverá elevar-se para 54% em 1972 dessa média (38,82 Cr\$/habitante), o que indica que a estrutura do governo Estadual custa menos por habitante que a média regional.<sup>1</sup>

As Despesas de Capital "per-capita", em termos reais, se elevam de 21,47 Cr\$/habitante, para 56,39 Cr\$/habitante no período 1968/72. No mesmo período, as Despesas de Capital "per-capita" calculadas para a Região Nordeste passaram de 27,55 Cr\$/habitante para 42,90 Cr\$/habitante e, em termos relativos, os valores para o Estado representam, respectivamente, 78% e 131% dos valores para a Região. Dessa forma, o Governo Estadual pretende dispendir em formação de Capital cifras por habitante cada vez mais elevadas chegando a ultrapassar os dados regionais, segundo as estimativas, em 1971 e 1972.<sup>1</sup>

### 3. 2. - Despesas Segundo Funções

Os setores, Governo, Administração Geral e Financeira, Viação, Transportes e Comunicações e Educação e Cultura, respondem no conjunto, por 83%, média no período 1968/70, e 66%, média para 1971 e 1972, do total das despesas do Governo Estadual.<sup>2</sup> Mas há uma substancial alteração na composição das despesas segundo função: a máquina administrativa tem sua participação diminuída enquanto se eleva a participação dos gastos em transportes e educação. O quadro a seguir, apresenta a participação relativa no total de Despesas, destes setores, em conjunto e sua posição individual, permitindo a visualização das alterações na composição da Despesa.

1 Tabelas MA - 3.4 e BR - 3.2

2 Tabela MA - 3.3.

DESPESA SEGUNDO AS PRINCIPAIS FUNÇÕES

(Despesa Total = 100%)

ANO	SETORES	GOV. ADMINISTR. GERAL E FINANC.	VIAÇÃO TRANSP. COMUNICAÇÕES	EDUCAÇÃO E CULTURA	T O T A L
1968		74,9	2,0	7,7	84,6
1969		67,3	6,4	7,0	80,7
1970		70,3	6,2	8,4	84,9
1971		26,3	27,6	15,3	69,2
1972		22,8	27,6	13,2	63,6

#### 4. ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

##### 4.1. Equilíbrio Orçamentário

##### 4.1.1. Saldo Orçamentário<sup>1/</sup>

O Saldo em Conta Corrente foi sempre positivo nos anos de execução orçamentária, enquanto que o Saldo em Conta Capital apresentou valores negativos. Apesar dos valores nominais do Saldo em Conta Corrente estarem diminuindo, foram, nos anos 68 e 69, superiores aos valores verificados na Conta Capital, resultando, então, em superavit do Saldo Orçamentário (Receita-Despesa), nos referidos anos. Já em 1970, verifica-se a ocorrência de um pequeno Deficit, apenas 2,4% da Receita.

##### 4.1.2. Saldo Orçamentário Efetivo<sup>2/</sup>

Como não houve "Operações de Crédito" no período 1968/70, (em 1970 foram de Cr\$ 0,3 milhões, ou apenas 0,2% da Receita), o Saldo Orçamentário Efetivo corresponde ao Saldo Orçamentário, sendo pouco expressivo, tanto em termos absolutos como em relação à Receita. Para os anos 1971 e 1972, as previsões para realização de "Operações de Crédito" fazem com que o Deficit Orçamentário Efetivo se torne significativo. O quadro a seguir permite observar a evolução do Saldo Orçamentário Efetivo em relação à Receita.<sup>3/</sup>

---

1/ Saldo Orçamentário = Receita-Despesa (Tabela MA - 4.1)

2/ Saldo Orçamentário-Efetivo = Saldo Orçamentário-Operações de Crédito (Tabela MA - 4.1)

3/ Sinal (-) corresponde a Deficit, e sinal (+) corresponde a Superavit - (Tabela MA - 4.2).

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita: (%)	+ 2,2	+ 1,6	- 2,4	-18,4	-17,2

O aumento do Deficit Orçamentário Efetivo do Estado também pode ser constatado em termos relativos aos demais Estados da Região. É o que pode ser observado no quadro abaixo:<sup>1/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita (NE)	-10,9%	-12,0%	-11,6%
Saldo Orçamentário Efetivo/ Receita (MA)	+ 2,2%	- 2,4%	-17,2%

O Gráfico nº XIV apresenta a relação entre o Saldo Orçamentário Efetivo e a Receita para os Estados da Região Nordeste.<sup>2/</sup> É substancial o crescimento da proporção entre o Saldo Orçamentário Efetivo e a Receita, tanto em termos de evolução individual do Maranhão, como em termos relativos aos demais Estados da Região.

#### 4.2. Financiamento das Despesas de Capital

A primeira variável a ser analisada é a Poupança em Conta Corrente. O quadro abaixo mostra a Poupança em Conta Corrente em termos relativos à Receita:<sup>2/</sup>

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Saldo em Conta Corrente/ Receita: (%)	+15,0	+ 5,2	+ 2,0	- 0,1	0,0

<sup>1/</sup> Tabela BR - 4.1

<sup>2/</sup> Tabela BR - 4.2

<sup>3/</sup> Tabela MA - 4.2

Observe-se que o Saldo está em contínua diminuição, o que significa que a disponibilidade de recursos para financiamento das Despesas de Capital está decrescendo, no período 1968/70 e é nula para 1971/72.

O Gráfico nº XV apresenta a relação entre o Saldo em Conta Corrente e a Receita para os Estados da Região Nordeste.<sup>1/</sup> Verifica-se que o Maranhão tem seu Saldo em Conta Corrente em termos relativos à Receita evoluindo na mesma tendência em que evoluem os Saldos referentes aos demais Estados da Região. Observa-se ainda que a posição do Maranhão em relação aos demais Estados é favorável, pois em 1968 apresenta um significativo Saldo, em 1970 é um dos poucos Estados a conservar o Saldo positivo, e finalmente, em 1972 tem um saldo negativo porém muito diminuto.

Após analisar a evolução da Poupança Corrente, é necessário identificar a sua participação no financiamento das Despesas de Capital. É o que apresenta o quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Saldo em Conta Corrente / Despesas de Capital: (%)	+38,1	+13,2	+ 5,0	- 0,3	0,0

Facilmente se observa a substancial diminuição da participação da Poupança Corrente no financiamento das Despesas de Capital. É necessário ressaltar que não houve, no período 1968/70, desvios de recursos de Capital para gastos correntes (poupança sempre positiva) e nos anos 71/72, espera-se equilíbrio em cada conta Corrente e de Capital) o que significa que não haverá transferências de recursos de uma conta para outra.

<sup>1/</sup> Tabela BR - 4.2



As "Operações de Crédito", inexistentes no período 1968/70, têm uma participação estimada muito expressiva no financiamento das Despesas de Capital, para os exercícios de 1971 e 1972. As "Operações de Crédito" correspondem a 36% e 34%, em 1971 e 1972 respectivamente, das Despesas de Capital.

A fonte de recursos para Despesas de Capital mais importante são as Transferências de Capital. No período 1968/72, as Transferências de Capital corresponderam em média a 75% das Despesas de Capital. O quadro abaixo apresenta a relação entre as Transferências de Capital e as Despesas de Capital:<sup>1/</sup>

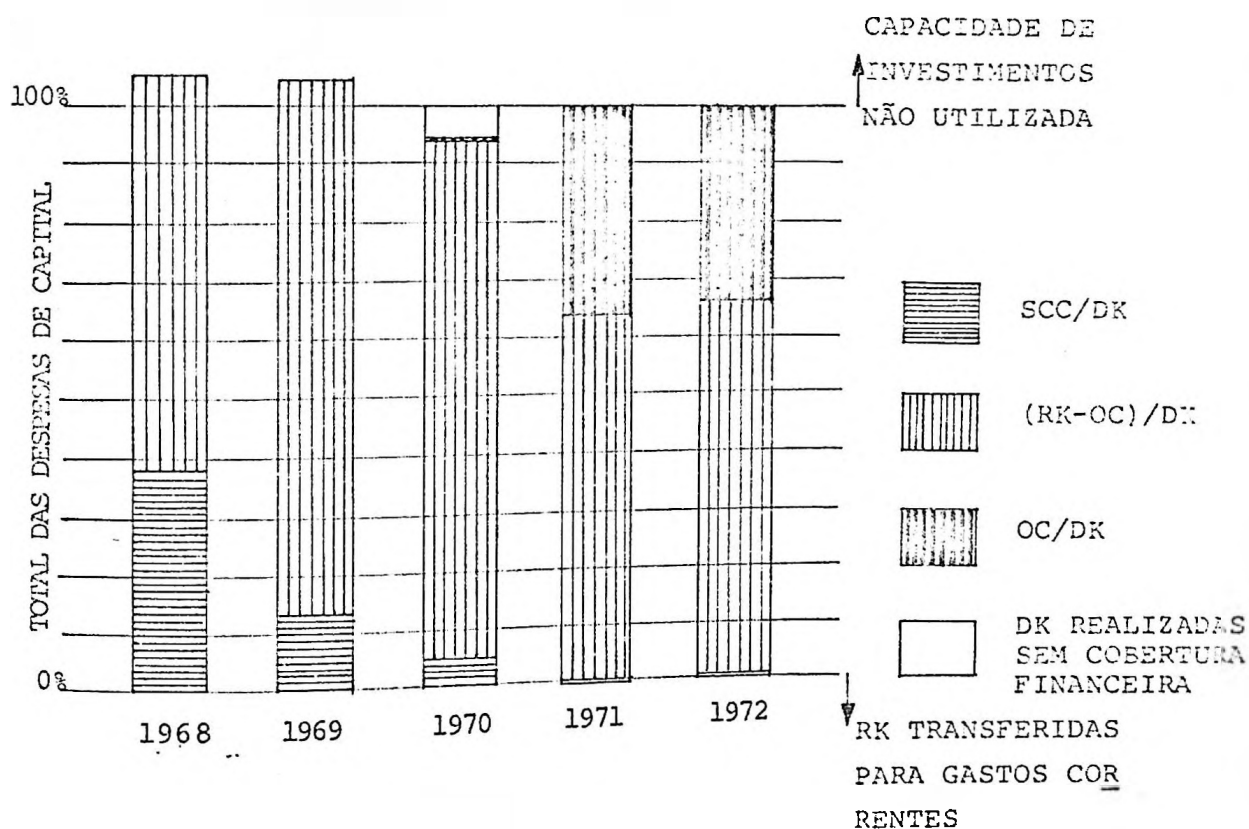
	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Transferências de Capital/ Despesas de Capital: (%)	67	91	89	63	66

---

<sup>1/</sup> Tabelas MA - 1.1 e 2.1

Concluindo, para o período 1968/70, as principais fontes de recursos para Despesas de Capital foram o Saldo em Conta Corrente e as Transferências de Capital. E para o período 1971/72, as "Operações de Crédito" passam a participar do financiamento das Despesas de Capital juntamente com as Transferências de Capital, e o Saldo em Conta Corrente já não contribui pois é estimado nulo neste período. O gráfico abaixo apresenta a composição, segundo a origem, dos recursos para financiamento das Despesas de Capital.<sup>1/</sup>

É necessário ressaltar que a participação das Transferências de Capital estão incluídas no item "Receita de Capital" menos "Operações de Crédito" sobre "Despesas de Capital",  $(RK - OC)/DK$ :



<sup>1/</sup> NA - 4.3

## 5. O ENDIVIDAMENTO DO ESTADO

### 5.1. Composição da Dívida

Não há informações acêrca da existência ou não da Dívida Fundada Externa. A Dívida Interna está com uma composição mais ou menos estável: em 1968 a Dívida Fundada correspondia a 37% do total e em 1970, correspondia a 43%. Em contraposição, a Dívida Flutuante participava com 63% e 57% do total, em 1968 e 1970 respectivamente.

### 5.2. Relação entre Dívida e Receita

A relação entre a Dívida e a Receita constitui: um bom indicador do processo de endividamento de governos. Maranhão tem um processo de endividamento em ritmo decrescente, conforme mostra o quadro abaixo:<sup>2/</sup>

	1968	1969	1970
Dívida/Receita Total: (%)	29,8	13,7	19,8
Dívida/Receitas Próprias: (%)	62,5	28,9	39,7

O Serviço da Dívida, ou seja, Amortizações e Juros, corresponde a um pequeno comprometimento de recursos. No período 1968/72, o Serviço da Dívida correspondeu em média a 2,0% da Receita.<sup>3/</sup>

O gráfico nº XVI apresentado no Anexo I do Vol.14, mostra a relação da Dívida e a Receita, para os Estados nordestinos e para a Região.<sup>4/</sup> O Estado do Maranhão tem uma das menores relações entre Dívida e Receita em confronto aos demais Estados.

<sup>1/</sup> - Tabela MA - 5.1  
<sup>2/</sup> - Tabela MA - 5.2  
<sup>3/</sup> - Tabela MA - 5.5  
<sup>4/</sup> - Tabela BR - 5.1

D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### ESTADO DO MARANHÃO

1. Encontro Nacional de Secretários de Planejamento - Notas taquigráficas das reuniões; "Estado do Maranhão - sistema de planejamento e plano de ação do Governo do Maranhão". Brasília, 15 a 17/12/1971 - 13 f.
2. Documento do Estado do Maranhão - SUDEMA - São Luis, 1971. 11 f.
3. Plano de Governo, 1971/74. São Luis - 2 v.
4. Lei nº 2.955, de 12 de dezembro de 1968. Estima a Receita e fixa a Despesa do Governo do Estado para o exercício de 1969. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luis, 30 de dezembro de 1968.
5. Lei nº 3.108, de 28 de dezembro de 1970. Estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1971. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luis, 28 de dezembro de 1970. 2º caderno.
6. Lei nº 3.231, de 13 de dezembro de 1971. Estima a Receita e fixa a Despesa do Governo do Estado do Maranhão para o exercício financeiro de 1972 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luis, 28 de dezembro de 1971.
7. Síntese de execução dos programas de investimentos realizados pelo Governo do Estado do Maranhão durante o período: janeiro/outubro 1971. SUDEMA - São Luis, 1971.
8. Orçamento-Programa 1972 - SUDEMA - Departamento de Planejamento e Controle. São Luis, 1971.
9. Orçamento por Programa, 1971 - SUDEMA - Divisão de Planejamento. São Luis, dezembro 1970. 236 f.
10. Revista de Finanças Públicas. Cons. Tec. Econ. e Fin. - Ministério da Fazenda - Vols. 290/301.

E - ANEXOS

ANEXO I - 0 PLANEJAMENTO ESTADUAL

## CUADRO ATUAL DO PLANEJAMENTO

### 1. Aspectos básicos

O Plano de Governo do Estado do Maranhão - 1971/74 - fundamenta-se na "importância do planejamento como apropriado meio de compatibilizar da melhor forma os recursos sempre limitadamente disponíveis, em áreas subdesenvolvidas, ao atendimento das numerosas demandas de ordem econômica e social".

A caracterização do modelo de desenvolvimento que orientou no Estado as opções da política econômica, parte de uma perspectiva histórica relativa ao "processo de elevação dos padrões econômico-sociais da humanidade" nos últimos 200 anos: a expansão industrial, induzida pelo processo de capitalização do Setor Primário. Assim, a industrialização constitui uma segunda etapa do processo de desenvolvimento auto-sustentado, em que a expansão do setor primário assegura-lhe o fornecimento de insumos básicos, e mercado consumidor para seus produtos.

Nesta ordem de prioridades, o "fator de desenvolvimento auto-sustentável" no Estado, foi identificado como sendo o Setor Primário, em que se concentra cerca de 80% da população estadual e onde existem em disponibilidade os fatores terra e mão-de-obra. Dessa forma a ênfase dada ao Setor Primário, justifica-se como sendo o "único que oferece viabilidade, devidamente propolido, de expandir-se gerando um processo auto-sustentável de crescimento econômico global, capitalizando-se, ampliando o mercado interno para manufaturas, induzindo industrialização e, através desta, o Setor Serviços e aumentando as taxas de urbanização, em que se aplicariam os excedentes de mão-de-obra agrícola, com o que seria possível uma tecnificação econômica nova de força de trabalho no próprio Setor Primário, condizente a novos saltos na produção agrícola do Estado".

O Plano do Governo do Estado do Maranhão, tem a seguinte estrutura:



- a) Pré-Diagnóstico da Situação Econômica e Social do Estado;
- b) A. Filosofia do Plano;
- c) Programas Prioritários;
- d) Programas Complementares; e
- e) Programação Financeira.

O Pré-diagnóstico da Situação Econômica e Social do Estado, tem início com uma "análise sumária da evolução da economia maranhense e seus reflexos sociais" nas três últimas décadas, onde é salientada a dependência da evolução da Renda Interna do Estado, para com a agricultura, e as características do processo produtivo, que dificulta uma melhor distribuição da renda gerada, mantendo-a fortemente concentrada. É explicado, portanto, o modelo de desenvolvimento adotado: a dinamização do Setor Primário.

Em "Processo Econômico", são abordados:

#### I) Evolução da Renda Interna

Tanto a renda interna como a renda per-capita não apresentam um ritmo constante de evolução no período 1947/67. No período 1947/57, ocorre um ligeiro declínio da renda per-capita (-4%); de 1957 a 1962 expandiu-se bastante a renda interna e a renda per-capita (67,3%) em decorrência da forte expansão do Setor Primário; no período entre 1962 a 1967 registra-se novo declínio (-16%) na renda per-capita, por perda de dinamismo da agricultura.

#### II) Atividades extrativas

São dois, os produtos de peso na atividade extrativa. O babaçu e a pesca, e cuja contribuição para a renda gerada no Setor Primário tem declinado continuamente: de 33% o peso relativo da produção dos dois produtos em 1950, caem para 22% em 1967.

#### III) Agropecuária

A existência de grandes áreas de terras devolutas dá um caráter peculiar à agricultura praticada no Maranhão. A incorporação

ração destas novas áreas, "situadas fora do espaço agrícola historicamente ocupado no Estado, por uma maciça migração nordestina <sup>1/</sup> e infra-estadual, ao mesmo tempo que atuam no sentido de modificar a estrutura fundiária dominante - caracterizada pela rigidez do fator terra ou seja, predomínio de grandes propriedades - deu origem a uma incontrolada grilagem que redundou em um incremento relativo do número de posseiros sobre o de proprietários agrícolas.

Os efeitos de incorporação das novas áreas agrícolas são assim descritos:

"A existência de vasta área estadual de terras devolutas (avaliada em 90.000 km<sup>2</sup>) situada a Oeste do meridiano 44º até ao paralelo 7º, com acesso rodoviário suficiente, mitiga os efeitos e as perspectivas negativas da concentração ainda ocorrentes; é evidente a tendência ao deslocamento de produtores rurais das áreas de estrutura fundiária rígida para as da terra devoluta, resultando disso a quebra das tradicionais relações de trabalho daquela área, pressionados como são seus proprietários a melhorarem a remuneração de seus "agregados", sob pena de abandono, por estes, das propriedades em busca das vantagens da nova fronteira agrícola".

"Nesta, libertos do sistema "semi-feudal", os produtores rurais elevam a parcela de sua participação no valor produzido, melhorando, ainda que relativamente, sua condição de vida. Contudo, a característica de simples "ocupante", predominante nas áreas de nova fronteira, reduz aquele benefício, por continuar o lavrador impedido de utilizar o crédito bancário, de que se valem usineiros e comerciantes para apropriarem lucros desmedidos, atuando como "atravessadores" financeiros.

---

<sup>1/</sup> O termo "migração nordestina", tem por fim caracterizar a origem da população que desloca para o Maranhão. Designa população originária dos Estados do Nordeste Oriental e do Piauí.

Outro efeito característico desse processo de expansão da fronteira agrícola, é a fuga da mão-de-obra rural das áreas de rigidez do fator terra, para as regiões da terra devoluta, determinando um desmembramento (por venda) ou modernização dos latifundios.

A abertura da nova fronteira agrícola, a partir dos anos 1950/60, produziu no Estado crescimento extraordinário da produção de gêneros alimentícios, notadamente cereais.

"Assinalô-se que esse crescimento de produção foi obtido com utilização de métodos agrícolas primitivos, predatórios de reservas florestais de alto valor, através da queima de matas para o cultivo de cereais de pequeno valor".

"A despeito desse primitivismo de métodos, tornou-se possível uma relativa capitalização por parte de número ponderável de produtores agrícolas, cujas unidades produtivas, situadas na região da imediata retaguarda da nova fronteira agrícola, representam modelo da melhor estrutura econômica pela diversificação de atividades que incluem a fruticultura e, em certa medida, a pecuária, sobretudo de pequeno porte. Este modelo se concentra na região Centro (ou dos Cocais)".

"A transformação do Setor Primário estadual da produção de plantas industriais para a de gêneros de subsistência, resultou na redução da proporção comercializada da produção, já que cerca de 40% desta é autoconsumida nas unidades produtoras".

"Acrescente-se, ainda, que os métodos rotineiros utilizados na agricultura e o descuido predominante até 1966, em relação à melhoria qualitativa dos produtos, resultaram na falta de padronização dos gêneros produzidos, baixa qualidade dos mesmos, queda de preços e maiores dificuldades de comercialização".

O crescimento da pecuária não se fêz no mesmo ritmo da agricultura, sendo que o aumento quantitativo de maior significação se deu no rebanho de pequeno e médio portes.

#### IV) Indústria

O Setor Indústria é um componente de pouca significação no PIB estadual, tendo inclusive diminuído sua participação na formação da renda interna, de 11% em 1939 para 8% em 1967.

A indústria de tecidos, até o fim da década de 1950, era responsável por 51,3% do valor de produção do setor, sendo que a partir dos anos de 1960, aquela indústria sofre um processo de desintegração e cede lugar à indústria de óleos, que a partir de então torna-se responsável por cerca de 50% do valor de produção do setor.

"Este ramo industrial prevalecente é, em larga margem, dependendo da demanda não-maranhense e, portanto profundamente vulnerável a flutuações do mercado contra os quais a escassa capitalização e organização empresarial da indústria estadual não tem condições de resistência. Sob êste aspecto, é particularmente frágil a posição da indústria de óleos, utilizadora de babaçu - uma oleaginosa de pouca preferência para o preparo de óleo alimentar - que, além dessa desvantagem, enfrenta o problema de superdimensionamento do parque extrator que trabalha em "índice de 70% de ociosidade".

#### V) Serviços

O Setor Serviços tem pouca significação para o Estado, tendo sido o setor que apresentou menor dinamismo no período 1947/67, quando sua participação na formação da renda interna declina.

Destaca-se nos serviços o sub-setor transportes, pela modificação ocorrida em sua estrutura, quando o sistema de transportes estadual integrado predominantemente pela navegação fluvial e

costeira, cede lugar, a partir da década de 1950, ao sistema rodoviário, e cujas consequências são a alteração da ocupação do espaço físico (expansão da fronteira agrícola) e diversificação dos centros de comercialização, retirando do Capital o comando da vida econômica do Estado.

Em "O Processo Social" são abordados:

### I) Aspectos Demográficos

Entre os anos de 1950 e 1960 a população do Estado apresentou taxas de crescimento bem mais acentuadas que a região Nordeste e o País como um todo, com a população rural crescendo a uma taxa de 4,5% a.a. e a urbana em torno de 5%.

A população rural constitui cerca de 80% da população total do Estado.

Sendo um Estado receptor de população de outras regiões do país, a percentagem de não-naturais do Maranhão sobre a população total em 1960, atingia cerca de 18,2%. Da proporção de pessoas originárias de outras unidades federativas do País, 97,5% eram procedentes da Região Nordeste, e destas 48,8% eram originários do Piauí.

Em 1960, 74,4% da população economicamente ativa concentravam-se nas atividades agropecuárias e de silvicultura e 7,8% nas atividades extrativas. O Setor Industrial ocupava apenas 2,9% da PEA.

### II) Condições Habitacionais

As condições habitacionais no Estado são bastante precárias, como mostra a tabela seguinte.

Distribuição percentual dos domicílios particulares, segundo as instalações existentes - 1960

	% de domicílios particulares segundo as instalações		
	Água Encanada	Instalações Sanitárias.	Iluminação Elétrica.
Capital	24,3	64,6	45,6
Interior	0,4	11,1	2,4
Estado	1,8	14,2	4,9

Em 1960, mais da metade dos domicílios particulares no Estado tinha apenas um dormitório. Somando-se os de 1 e 2 dormitórios, obtinham-se 87% do total de domicílios do Estado.

### III) Saúde

Em 1968, mais da metade da rede hospitalar e para-hospitalar instalada no Estado concentrava-se na Capital, que por sua vez concentrava, naquele ano, pouco mais de 6% da população total do Estado.

É alta a incidência de doenças endêmicas no Estado, sendo de notar que muitas delas tem aumentado nos últimos anos a frequência da ocorrência - tracoma, esquistossomose, ancilostomiose e malária.

### IV) Educação

É consideravelmente baixo o nível geral de instrução no Estado. Em 1960 a taxa de alfabetização da população de mais de cinco anos de idade era de apenas 30,2%, inferior à do País em 1940. Sendo essa taxa da alfabetização na Capital de 69,2% e de 23,3% nas áreas rurais.

É significativo o índice da evasão escolar nas áreas rurais, motivada sobretudo pelo emprego da mão-de-obra infantil na lavoura.

#### V) Níveis de Vida da População

Conta o Estado com uma elevada percentagem da população vivendo no meio rural, e dedicado em sua grande maioria a uma economia basicamente de subsistência, à margem da economia monetizada e com baixos padrões de consumos.

Do volume total da produção, cerca de 40% é consumida na própria unidade produtora, onde a dieta alimentar tem sua base na farinha e no arroz.

Ao lado dessa agricultura praticada a níveis os mais rudimentares (baseada exclusivamente na fertilidade natural do solo) a população rural desenvolve atividades extrativas, voltada para o mercado (coleta de babaçu, carnaúba, tucum, etc.) ou complementares à subsistência (caça e pesca).

"De certo, na população rural em toda e qualquer área do Estado, é que se encontram, ...., a maior incidência de doenças, a maior taxa da mortalidade geral e infantil, o maior índice de analfabetismo, a menor taxa de escolarização, as maiores deficiências quanto à disponibilidade de equipamento social básico."

"Com todo o grande contraste existente entre o meio rural e o urbano, as condições de vida neste último estão longe de corresponder a padrões vigentes em outras áreas urbanas da região Nordeste. No maior aglomerado urbano do Estado - São Luis, 72,5% do total de famílias situam-se na faixa da renda mensal até 4 salários mínimos locais (Cr\$ 316,80, em abril /69) o que se traduz numa baixa renda per-capita em torno de Cr\$ 52,00. Acresce-se a isto que 12,1% dessas famílias vivem com menos de um salário mínimo (Cr\$ 75,20) mensalmente. Resulta, assim, que cerca de

5 mil famílias (aproximadamente 30 mil pessoas) na cidade vivem muito aquém do mínimo de subsistência, sem condições de sustento e progresso social efetivo."

VI) Impasses Econômico-Sociais

a. IMPASSES DA ESTRUTURA ECONÔMICA

Durante as décadas de 50 e 60, a rigidez da estrutura econômica fêz-se sentir sobretudo através dos seguintes aspectos:

1. deficiente utilização dos recursos humanos, econômicos e físicos; grandes áreas do Estado a serem ainda exploradas e outras fracamente utilizadas;
2. estrutura ocupacional voltada fundamentalmente para as atividades ligadas ao Setor Primário, onde incide baixa remuneração do fator trabalho. Pouco dinamismo do setor industrial com reduzidíssima capacidade de oferta de novos empregos, justamente aquêles que garantiriam maior produtividade da mão-de-obra;
3. grande concentração da propriedade das terras de cultivo nas mãos de poucos proprietários, principalmente nas regiões de ocupação antiga;
4. forte concentração da riqueza e, em consequência, do poder de tomar decisões que afetam o futuro do Estado (básicamente no setor das inversões);
5. sobrevivência da exploração humana ao nível de serviços pessoais gratuitos em muitas áreas interioranas; incidência generalizada de baixos salários e pagamentos em espécie;
6. acentuada desigualdade na distribuição da renda.

b. IMPASSES DA ESTRUTURA POLÍTICA

Por seu lado, a rigidez da estrutura jurídica e política

emerge de:



1. participação limitada da população na vida e organização sociais;  
há um contingente de 60% de analfabetos que não votam;  
além disso é diminuto o número de instituições e associações operantes, tanto no meio rural quanto no urbano, capazes de funcionar como veículo próprio das reivindicações de importantes segmentos da população e como fator de integração de massa no esforço de superação das barreiras do subdesenvolvimento;
2. inexistência também de órgãos assistenciais e cooperativos locais dando margem ao isolamento dos produtores (principalmente no meio rural) e à mais variada intermediação: político-eleitoral, financeira, técnica, aquisitiva, etc.;
3. não-acesso de grande número de lavradores, ocupantes de terras devolutas nas áreas da frente pioneira agrícola do Estado, a certos benefícios sociais (dentre eles, em primeiro lugar, o crédito fornecido pela rede de bancária oficial), em virtude de não-disposição de terras;
4. deficiente estruturação político-administrativa dos governos municipais, que se reflete na desvinculação com os programas de outras esferas governamentais, na pulverização de recursos sem avaliação dos benefícios proporcionados às populações locais, etc.;
5. inadequação da máquina administrativa governamental, sobretudo no que se refere aos mecanismos de elaboração política e social (ausência de política sistemática de regularização de propriedades de terra, política de redistribuição social de renda através de

uma melhor eficiência do sistema tributário, programas de desenvolvimento comunitário, etc.);

6. inexecução de planos de desenvolvimento estaduais completos e integrados.

c. IMPASSES DA ESTRUTURA SOCIAL

A rigidez da estrutura social transparece através de:

1. "deficit" demográfico em algumas áreas (apesar do grande crescimento vegetativo e migratório dos últimos decênios no Estado), onde não se dispõe dos recursos humanos necessários para acionar um processo continuado de crescimento do sistema produtivo. Má distribuição, por outro lado, desses efetivos demográficos, resultando na ocupação não-racional de vastas áreas do Estado, através de processos migratórios espontâneos e desordenados;
2. grande contraste nos níveis de vida de diferentes setores da sociedade, principalmente entre a população urbana e a rural, entre os habitantes da área marginalizada de palafitas de São Luís e as classes ou setores não só de nível de vida mais elevado da Capital, mas também das classes médias e camadas proletárias;
3. uma estratificação social rígida, em que as possibilidades de ascensão social (principalmente do lavrador ou trabalhador rural) são bastante limitadas;
4. nível geral de instrução ainda baixo, refletindo um alto índice de analfabetismo, numa reduzida taxa de escolarização primária, na extensão da escolarização média e superior adstrita a diminutas parcelas da população;

5. deficiência de recursos humanos estratégicos: há escassez de tôdas as categorias de mão-de-obra de alto nível: técnicos de nível superior e médio, pessoal administrativo de cúpula, administradores, gerentes, professôres universitários, etc.

NÚMERO DE TÉCNICOS POR 100 000 HABITANTES, SEGUNDO O TIPO DE OCUPAÇÃO, NO ESTADO DO MARANHÃO - 1960

OCUPAÇÕES	NÚMERO DE TÉCNICOS (p/100 100 hab)
Engenheiros, funções afins e auxillares ....	8
Químicos, farmacêuticos e funções auxillares..	5
Agrônomos; veterinários e naturalistas .....	2
Médicos .....	6
Dentistas -.....	13
Cientistas, professôres, funções afins e auxillares	160

Fonte original dos dados - Censo Demográfico.

Além disso, a maior parte dos recursos humanos estratégicos disponíveis concentra-se na Capital, enquanto as necessidades mais críticas, tais como as de extensão rural, assitência médica e desenvolvimento de comunidade, estão nas áreas rurais. A própria composição ecupacional dêsses recursos de alto nível não está em consonância com as reais necessidades do Estado. Há uma oferta muito pequena de engenheiros, mas os técnicos de serviços de engenharia são ainda mais escassos. É diminuto também o número de médicos. Contudo, ainda há muito mais carência de técnicos em serviços médicos e de pessoal de enfermagem. Ademais, a atração exercida pelos centros mais desenvolvidos do sul do país faz com que parte do pessoal de alto

nível, formado a duras penas (e altíssimos custos sociais) nas escolas superiores do Estado, se desloque para fora, com vistas a obter melhores oportunidades profissionais.

6. condições sanitárias precárias: taxas relativamente altas de mortalidade geral e infantil, elevada incidência de doenças (esquistossomose, ancilostomose, tuberculose, tracoma), pequena proporção de população atendida por serviços de abastecimento d'água e servida de rédes e esgôto. Por outro lado, o deficiente atendimento da réde hospitalar para-hospitalar aparece nitidamente através de alguns indicadores, tais como o diminuto número de 5,3 leitos hospitalares por 10 000 habitantes (1968), o irrisório número de 12 médicos por 100 000 habitantes (1968).

A ação conjugada de todos êsses fatores tem freado o desenvolvimento harmônico da sociedade maranhense, criando um grande impasse que se deve solucionar adotando uma política clara e determinada. Agravando a situação herdada de outras décadas, o Estado se defronta ainda com o desafio de um crescimento demográfico a uma taxa anual de 4,6%, que somente pode ser enfrentado através de um coerente plano de desenvolvimento. Na falta dêsse plano orientador, o maranhense nas décadas anteriores tratou de resolver o problema individualmente, migrando das áreas mais pobres para as mais prósperas e para as cidades.

Por outro lado, a consequência imediata do crescimento da população converte-se numa crescente pressão por novos empregos. Ambos os fatos. crescimento populacional e aumento da demanda de emprêgo, constituem, pois, os grandes problemas sociais que afetam e continuarão a afetar cada vez mais o Estado, exigindo uma concentração de esforços no sentido de contornar muitos problemas

que inevitavelmente, ocorrerão. Dentre êles, as migrações que tendão a ser mais intensas e, dadas as condições da população migrante, a originar sérias questões derivadas da aculturação espontânea de pessoas de baixos níveis de vida, pouco capacitadas, deficientes mesmo em muitos sentidos, sem qualificação ocupacional, etc. Desde que entregues ao livre jôgo das forças sociais, surgiriam, como resultantes sócio-econômicas, processos artificiais de industrialização não-auto-sustentados, subemprego crônico, constante perda de substância do setor agrícola, acentuada mobilidade rural de "área velha para frente nova de ocupação", desproporcional crescimento do Setor Terciário.

VII) "O Esforço de Administração no Período 1966/70 e seus reflexos sobre a Economia".

As condições de debilidade em que se encontrava a economia estadual em 1966, em um processo de retração de atividade econômica, gerou a necessidade de uma ação governamental decisiva, voltada para a superação dos pontos de estrangulamento, tendo por fundamento a idéia de que nas regiões subdesenvolvidas é o governo que dispõe de instrumento para gerir a iniciativa do desenvolvimento.

Para dotar de real eficácia a ação governamental, foi reestruturado o Sistema estadual de Planejamento, através da criação da SUDEMA.

A seguir são abordados as realizações no período, mostrando o acerto de filosofia que presidiu a ação do governo, permitindo que a quase totalidade das metas estabelecidas fossem alcançadas, e em alguns casos, mesmo ultrapassadas.

Por fim, são analisadas, a situação financeira do Estado antes de 1966, o caráter rotineiro e obsoleto do processo administrativo diante das tarefas que lhe competia como promotor do desenvolvimento, e as modificações levadas a efeito no Setor de Programação Financeira, bem como dos resultados alcançados, que se

evidenciam pelo substancial incremento da receita fazendeira, compressão das despesas correntes e aumento do volume de despesas de capital.

No capítulo "Filosofia do Plano", é apresentado um esboço modelo de desenvolvimento adotado para o Estado do Maranhão, dentro do qual se enquadra a opção de concentrar todo o esforço desenvolvimentista no Setor Primário, identificado como o "fator de desenvolvimento auto-sustentável".

Para os Programas Prioritários e Complementares são descritos os objetivos, as metas, os sub-programas, a área de atuação do programa, os órgãos participantes e de apoio, assim como os recursos financeiros estabelecidos para cada programa.

## .2. Objetivo e Estratégia Geral

O objetivo do Plano de Governo no Estado do Maranhão é de "expandir a criação da riqueza e estabelecer critérios mais justos em sua distribuição, de forma a assegurar que a crescente prosperidade do Estado se traduza na elevação dos padrões de vida de toda a população".

Para tanto, a estratégia adotada, partindo da identificação do "fator de desenvolvimento auto-sustentável" - o Setor Primário - induziu "a concentração do apoio do Poder Público sobre o maior número de empresas agrícolas pequenas e médias e de dimensão familiar, reforçando-lhes a capitalização e a técnica de trabalho, a fim de que, elevando-se sua renda, enriqueça-se o Estado, amplie-se o consumo de manufaturados, introduza-se a industrialização e se reforce a capacidade de investir do governo".

## .3. Estratégia Setorial e Prioridades

Consoante a diretriz principal de ação do governo, a dinamização do Setor Primário, a programação governamental foi desdobrada em Programas Prioritários compreendendo a Agricultura e Recursos Naturais, e Programas Complementares, compreendendo os seguintes setores: Transportes, Comunicações, Saneamento, Indústria, Energia, Serviços, Educação, Saúde, Habitação, Urbanismo, Bem Estar Social e Administração.

Tanto para os Programas Prioritários como para os Complementares, são apresentados, os objetivos, as metas, a descrição dos sub-programas, a área de atuação, os órgãos participantes e de apoio e os recursos financeiros exigidos para cada programa.

Para efeito de análise das prioridades, os diversos setores foram agrupados em Atividades-Meio, Infra-Estrutura Social, Infra-Estrutura Física e Setores Produtivos. Merece destaque o volume

de investimentos destinados aos Setores Produtivos (36,8%) e dentro deste a parcela destinada a Agricultura e Recursos Naturais - 32,7% dos investimentos totais.

São os seguintes os Investimentos globais para o período 1971/74:

<u>ATIVIDADES MEIO</u>	<u>(%)</u>
	<u>2,1</u>
Administração	0,8
Serviços	1,3
<u>INFRA-ESTRUTURA SOCIAL</u>	<u>32,0</u>
Educação	4,7
Saúde	1,6
Habitação	14,1
Urbanismo	1,2
Bem Estar Social	0,4
Saneamento	10,0
<u>INFRA-ESTRUTURA FÍSICA</u>	<u>29,2</u>
Comunicações	0,9
Energia	13,3
Transportes	15,0
<u>SETORES PRODUTIVOS</u>	<u>36,8</u>
Agricultura e Rec.Naturais	32,7
Indústria	4,1
<u>T O T A L</u>	<u>100,0</u>



#### 4. Instrumentos

O Plano de Governo não faz referência aos instrumentos que serão utilizados para a consecução dos objetivos e metas propostos. Entretanto, em documentos apresentados no Encontro Nacional de Secretários de Planejamento - Brasília, dezembro 1971 - explicita-se que "são instrumentos de execução os órgãos públicos e particulares chamados a colaborar, através de convênios, na execução dos Programas".

Aqueles documentos referem-se ainda ao sistema de controle do Plano, que compreenderá as seguintes fases:

- 1 - Acompanhamento da execução dos programas e projetos;
  - 1.1 - aspecto físico;
  - 1.2 - aspecto financeiro;
- 2 - Avaliação dos resultados;
  - 2.1 - controle dos objetivos;
  - 2.2 - controle de eficiência;

O mecanismo do sistema de controle funcionará através das seguintes etapas:

- 1 - acompanhamento da execução e operação dos projetos e programas;
- 2 - medição de resultados;
- 3 - identificação dos desvios apresentados por esses resultados face às previsões;
- 4 - identificação e avaliação das causas dos desvios;
- 5 - apresentação, sugestões e medidas corretivas, com avaliação dos prováveis efeitos;
- 6 - análise e reavaliação das consequências das sugestões apresentadas;

- 7 - condução destas informações às unidades de decisão;
- 8 - tomada de decisão sobre informações;
- 9 - transmissão das decisões aos órgãos responsáveis pela execução e operação dos programas e projetos.

Na efetivação das etapas observa-se-ão os aspectos quantitativo e qualitativo dos resultados da execução e funcionamento dos projetos e programas da seguinte forma:

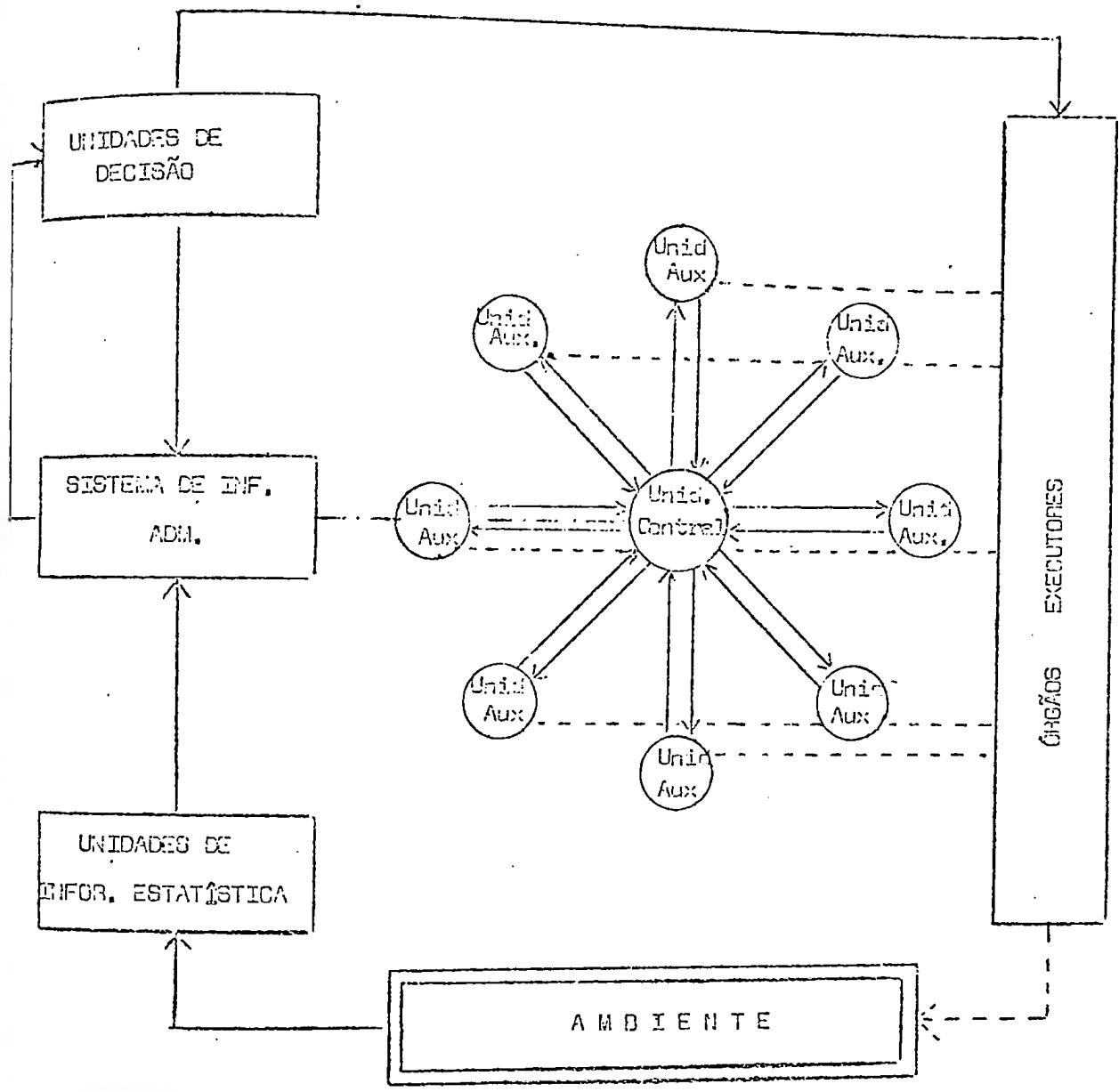
- a) quanto às programações setoriais - pelas unidades auxiliares;
- b) quanto às modificações ambientais - pelas unidades de Informação Estatística;
- c) quanto às metas do Plano de Governo - Unidade Central.

Compõe-se o sistema de controle do Plano Estadual:

- 1 - unidade de Informação Estatística - IPEI;
- 2 - sub-sistema de informação administrativa:
  - a) unidade central - DICON/SUDEMA;
  - b) unidades auxiliares - APOS;
- 3 - unidade de decisão/controlado superior - Conselho Deliberativo.

O fluxuograma seguinte permite uma melhor compreensão do sistema de controle.

SISTEMA DE CONTRÔLE - FLUXO DE INFORMAÇÃO



CONVENÇÕES:

- Vinculação administrativa: - - - - -
- Organização funcional: - . - . - . -
- Sentido informação: ————
- Ação: - - - - -
- Unidades integrantes do sistema: —————
- Ambiente Estadual: = = = = =
- (Sistema Social e Económico)

## 5. Programas e Projetos Prioritários

O Plano de Governo do Estado do Maranhão não apresenta uma listagem dos projetos prioritários. Entretanto, em função das prioridades estabelecidas no Plano, apresenta-se, em anexo, as principais metas.

## 6. Esquema Financeiro

### 1. Origem dos Recursos

O Programa de Governo para o quadriênio 1971/74 compromete recursos da ordem de Cr\$ 1.223,8 milhões. Desse total, 41,4% serão provenientes da Receita Estadual, incluindo os fundos de participação estadual e especial. O percentual de 58,6% provirão de fontes de recursos externos, assim discriminados:

- 36,3% oriundos de Operações de Crédito a serem realizadas
- 22,3% oriundos de "Auxílios e Convênios a serem firmados com a União".

### 2. O Financiamento do Plano

As tabelas I, II e III apresentam os investimentos previstos para o período, por origem dos recursos, e a aplicação por programas.

TABELA I

Investimentos previstos para o período 1971/74

ORIGEM DOS RECURSOS	V A L O R Cr\$ milhões	(%)
1 - Recursos Próprios de Investimento (50% da Receita Estadual)	506,5	41,4
2 - Operações de Crédito e Repasses	444,5	36,3
3 - Auxílios e Convênios (União)	272,8	22,3
T O T A L	1.223,8	100,0

Fonte: Diretrizes Gerais do Programa de Governo

TABELA IIRecursos do Estado, previstos para o período 1971/74

ORIGEM DOS RECURSOS	V A L O R	
	Cr\$	milhões
1 - Fundo de Participação	227,0	23,8
2 - Fundo Especial	155,0	16,3
3 - Impôsto Único s/Minerais	1,8	0,2
4 - Arrecadação Direta	402,0	42,1
5 - Fundo Rodoviário	112,0	11,7
6 - Fundo de Eletrificação	22,0	2,3
7 - MEC	34,0	3,6
T O T A L	953,8	100,0

Fonte: Diretrizes Gerais do Programa de Governo.

TABELA III

Estado do Maranhão: Investimentos por Programas - 1971/74

(Em Cr\$ milhões)

	ORIGEM DOS RECURSOS							
	ESTADUAIS		FEDERAIS		OPERAÇ. DE CRÉDITO		TOTAL	
	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)
Agricultura e Recursos Naturais	175,0	14,3	60,3	4,9	165,5	13,5	400,8	32,7
Transportes	113,0	9,2	40,0	3,3	30,0	2,5	183,0	15,0
Energia	23,0	1,9	140,0	11,4	-	-	163,0	13,3
Comunicações	2,0	0,2	-	-	8,0	0,7	10,0	0,9
Saneamento	35,0	2,9	20,0	1,6	67,0	5,5	122,0	10,0
Indústria	26,0	2,1	-	-	24,0	2,0	50,0	4,1
Serviços	14,0	1,1	2,5	0,2	-	-	16,5	1,3
Educação	49,0	4,0	8,0	0,7	-	-	57,0	4,7
Saúde	17,0	1,4	2,0	0,2	-	-	19,0	1,6
Habitação	23,0	1,9	-	-	150,0	12,2	173,0	14,1
Urbanismo	15,0	1,2	-	-	-	-	15,0	1,2
Bem Estar Social	5,0	0,4	-	-	-	-	5,0	0,4
Administração	9,5	0,8	-	-	-	-	9,5	0,8
T O T A L	506,5	41,4	272,8	22,3	444,5	36,3	1.223,8	100,0

Fonte: Diretrizes Gerais do Programa de Governo.

## ANEXO r.2

PRINCIPAIS METAS DOS PROGRAMAS PRIORITÁRIOSI - METAS DO PROGRAMA RECURSOS NATURAIS

## Levantamento Cartográfico

- a) levantamento aerofotográfico de 100 000 km<sup>2</sup>, até 1973;
- b) obtenção de material fotográfico - foto-índices, mosaicos e fotografias de áreas já recobertas, até fins de 1972;
- c) implantação de uma rede de triangulação geodésica e ampliação da rede de nivelamento básico, até fins de 1972;
- d) confecção de cartas plani-altimétricas na escala 1:100 000 cobrindo 100 000 km<sup>2</sup> de áreas prioritárias, até 1974.

## Recursos Minerais

- a) catalogação e reconhecimento preliminar das ocorrências minerais, em todo o Estado - 1971/74;
- b) levantamento exploratório das áreas de ocorrência de não-metálicos (2 000 km<sup>2</sup>) - 1971/73;
- c) mapeamento geológico em escala de semidetalhe (1:50 000) da área de ocorrência das rochas básicas efusivas (área de 12 000 km<sup>2</sup>) - 1971/74;
- d) mapeamento geológico em escala de semidetalhe (1:50 000) da Ilha de São Luis (área de 900 km<sup>2</sup>) - 1971;
- e) assistência técnica às lavras existentes no Estado - 1971/74;
- f) determinação do fator "explorabilidade" das ocorrências minerais comprovadas no projeto de cadastramento - 1971/74.

## Recursos Pesqueiros

- a) edição de uma carta de pesca da costa maranhense em que constem informações oceanográficas, localização e deslocamento de cardumes, em fins de 1974;
- b) identificação das espécies lacustres comercializáveis e suas condições biológicas, visando à racionalização da pesca nos lagos, até fins de 1973;

c) introdução de novas técnicas de pesca artesanal adaptadas às condições da costa maranhense - 1972/74;

d) determinação do local mais apropriado para instalação do terminal pesqueiro de São Luis - 1971.

#### Botânica Econômica

a) confecção de mapa florestal do Estado na escala 1:1 000 000 até 1974;

b) instalação de parques florestais - 1973;

c) indicação de áreas para reflorestamento - 1972;

d) produção de mudas de essências florestais para reflorestamento - 1971/74.

#### Estudos Pedológicos

a) levantamento exploratório sistemático dos solos de todo o Estado, na escala de 1:1 000 000;

b) levantamento; a nível de detalhe, de áreas selecionadas no levantamento exploratório, visando à implantação de programas prioritários.

#### Meteorologia

a) distribuição, no Estado, com espaçamentos regulares, de 79 unidades meteorológicas, de preferência nas áreas urbanas dos princípios municipais, em 1971;

b) redistribuição, no Estado, com espaçamentos regulares, da rede de pluviômetros pertencentes à SUDENE, entre os postos meteorológicos citados no item anterior - 1971;

c) habilitação do pessoal responsável pela leitura dos pluviômetros e outros aparelhos meteorológicos e pela manutenção dos postos instalados - 1971/1974, de uma carta pluviométrica esquemática do Maranhão, na escala 1:1 000 000 - 1975.

## II - METAS DO PROGRAMA ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA E PROMOÇÃO RURAL

### Discriminação de Terras Públicas

#### e Regulamentação de Títulos de Posse

1) localização e cadastramento das terras públicas do Estado, até 1974;



2) legalização de 50 000 títulos de propriedade, de acordo com o seguinte esquema:

1971 - 5 000 títulos  
 1972 - 10 000 títulos  
 1973 - 15 000 títulos  
 1974 - 20 000 títulos

### Colonização

1) relatar estudos visando à elaboração e implantação de um projeto para fixação de 5 000 famílias na área reservada para colonização da MA-74, até fins de 1974;

2) realizar estudos visando à elaboração e implantação de um projeto de colonização para 5 000 famílias na área de influência da MA-1, a ser reservada para colonização, até fins de 1974;

3) montar um eficiente sistema de comercialização de madeira;

4) legalizar a posse de todos os lotes a serem entregues aos colonos.

### Extensão Rural

1) criação de 56 escritórios de Extensão Rural, na área ainda não atendida pelo sistema, abrangendo desse modo, com o que já existe, cerca de 58% dos municípios do Estado, até fins de 1971.

Prevê-se, para 1971, a abertura de 6 escritórios, nos seguintes municípios: Imperatriz, Santa Luzia, Carolina; Grajaú, Vitorino Freire e Lago da Pedra;

2) apoio à execução das programações do Setor Primário.

### Cooperativismo

1) implantação de um sistema de assistência técnica e administrativa, atingindo 20 (vinte) Cooperativas agrícolas até 1974, sendo 5 (cinco) em cada ano;

2) organização e reorganização jurídica e administrativa de 40 Cooperativas agrícolas, sendo 10 em cada ano;

3) treinamento de 80% dos gerentes administrativos e contadores de todas as Cooperativas legalmente cadastradas no setor competente e devidamente reconhecidas pelo SAC, até 1974;

4) padronização e implantação do plano de contas de todas as Cooperativas legalmente constituídas e em atividade;

#### Crédito

1) programação e quantificação da necessidade de crédito rural para apoio ao programa global do Estado no Setor Primário;

2) criação da carteira de crédito agrícola do Banco do Estado do Maranhão - BEM;

3) alocação de Cr\$ 8 000 000,00 (oito milhões de Cruzeiros), até 1974, nas carteiras agrícolas do BEM e BDM, para efeito de contrapartida dos recursos externos;

4) convênio dos Bancos Estaduais com ACAR e SAGRIMA - Ministério da Agricultura, visando à aplicação de crédito rural orientado;

5) realização de convênio da rede bancária oficial do Estado com outras instituições financeiras visando a obtenção de recursos para repasse;

6) aumento para 115 000 do número de produtores atingidos pelo crédito rural, até fins de 1974;

7) criação de uma linha de crédito especializada, para dar cobertura ao Subprograma de Discriminação de Terras Públicas.

#### Revenda

1) revenda de implementos, máquinas, motores, defensivos, fertilizantes, corretivos, concentrados protéicos, suplementos minerais, equipamentos de pesca, matrizes reprodutoras e outros que venham a ser exigidos pelos programas de assistência à agricultura;

2) fechamento dos postos deficitários previstos em 50% dos atuais, e remanejamento dos restantes, em função das áreas prioritárias de atuação do Governo;

3) implantação de um sistema comercial dinâmico, através da utilização dos instrumentos oficiais de crédito, tais como: duplicatas, promissórias, contratos, etc.;

#### Comercialização

1) instalação de uma rede de armazéns e silos adaptados com secadores para cereais, nos principais centros de produção do Estado para atender à seguinte demanda:

1971	-	12 000 ton.
1972	-	16 000 ton.
1973	-	30 000 ton.
1974	-	50 000 ton.

2) instalação de unidades frigoríficas visando a conservação dos produtos perecíveis;

3) dinamização e adequação da política de preços mínimos, visando a alcançar o produtor em tempo hábil, assegurando-lhe preços justos e rentáveis;

4) estruturação de um serviço especializado para aferição das condições de consumo, produção, importação, distribuição, concorrência e venda;

5) acôrdos com órgãos federais, municipais ou estaduais visando à melhor distribuição da produção e ao controle dos preços;

6) ampliação e equipamento dos serviços de classificação e padronização dos produtos agrícolas no Estado;

7) montagem de um sistema de comercialização eficiente, capaz de atingir os mercados interno e externo.

### III - METAS DO PROGRAMA AGROPECUÁRIA

#### Produção Vegetal

1) promover a distribuição de 64 000 toneladas de sementes selecionadas, de acordo com o seguinte esquema:

TIPO DE SEMENTE	Q U A N T I D A D E (t)				TOTAL
	71/72	72/73	73/74	74/75	
Arroz	1 000	4 000	9 000	6 000	20 000
Milho	300	1 500	2 000	1 200	5 000
Algodão	900	3 100	10 000	6 000	20 000
Amendoim	250	2 750	6 000	3 000	12 000
Feijão	50	1 150	500	300	2 000
Sargo	—	500	1 000	500	2 000
Mamona	—	500	1 000	500	500
Gergelim	—	100	250	150	500
Girassol	—	100	250	150	500
<b>TOTAL</b>	<b>2 500</b>	<b>13 700</b>	<b>30 000</b>	<b>17 800</b>	<b>64 000</b>

2) formar patrulha fito-sanitárias para defesa vegetal, de acôrdo com a seguinte evolução:

71/72	3 patrulhas
72/73	6 patrulhas
73/74	12 patrulhas
74/75	9 patrulhas

3) instalar um laboratório de fitopatologia em 1973;

4) oferecer incentivos para a formação de 17 000 ha de campos de cooperação para produção de sementes, de acôrdo com o seguinte cronograma:

71/72	2 000 ha
72/73	4 000 ha
73/74	6 000 ha
74/75	3 000 ha

5) produzir e distribuir 1 000 000 de mudas de plantas frutíferas, atendendo à seguinte previsão:

71/72	100 000 mudas
72/73	200 000 mudas
73/74	300 000 mudas
74/75	400 000 mudas

6) formar 20 núcleo olerícolas, a cargo da ACAR-MA, de acôrdo com a seguinte evolução:

71/72	2 núcleos
72/73	4 núcleos
73/74	8 núcleos
74/75	6 núcleos

#### Produção Animal

1) desenvolver atividades e medidas que venham atingir a pecuária de grande porte, quais sejam:

- a - deslocamento da bacia leiteira de São Luis para o eixo da BR-135, no período de 1971 a 1974;
- b - substituição de 0,5% do rebanho bovino da Baixada por bubalinos, no prazo de 1971 a 1974;
- c - elevação da taxa de desfrute do rebanho bovino de 8% para 10%, no período de 1972 a 1975;

2) estabelecer incentivos visando a intensificar a formação de pastagens e a melhorar as condições bromatológicas da ração, esperando-se atingir as seguintes metas:

a - formação de 190 000 ha de pastagens pelos pecuaristas, de acordo com o seguinte cronograma:

71/72	10 000 ha
72/73	40 000 ha
73/74	80 000 ha
74/75	60 000 ha

b - ensilamento de 24 600 m<sup>3</sup> de ração, de acordo com a seguinte evolução:

71/72	1 600 m <sup>3</sup>
72/73	5 000 m <sup>3</sup>
73/74	10 000 m <sup>3</sup>
74/75	8 000 m <sup>3</sup>

3) desenvolver atividades de defesa sanitária animal, visando a atingir as seguintes metas:

a - controle sistemático da febre aftosa e erradicação desta zoonose nos rebanhos da Zona dos Cocais, de acordo com o seguinte esquema:

71/72	20% do rebanho
72/73	50% do rebanho
73/74	20% do rebanho
74/75	10% do rebanho

b - estabelecimento de assistência sistemática aos rebanhos, através de medidas que visem ao controle das principais zoonoses;

4) propiciar incentivos para o desenvolvimento da pecuária médio e pequeno portes, esperando-se atingir as seguintes metas:

a - formação de 200 núcleos de criação de suínos tipo carne, de acordo com a seguinte evolução:

71/72	20 núcleos
72/73	40 núcleos
73/74	80 núcleos
74/75	60 núcleos

b - estabelecimento de 19 núcleos avícolas nos principais centros urbanos do Estado, de acordo com o seguinte esquema:

72/73	5 núcleos
73/74	9 núcleos
74/75	5 núcleos

c - instalação de 20 núcleos de caprinos, visando à distribuição de reprodutores, conforme o cronograma abaixo:

72/73	5 núcleos
73/74	10 núcleos
74/75	5 núcleos

### Engenharia Rural

1) formar 15 patrulhas motomecanizadas, sendo 10 de tratores pesados e 5 tratores leves, de acôrdo com o seguinte esquema:

71/72	4 patrulhas de tratores pesados e 2 patrulhas de tratores leves.
72/73	6 patrulhas de tratores pesados e 3 patrulhas de tratores leves;

2) contruir 1 000 açudes médios e pequenos, conforme o seguinte cronograma:

71/72	120 açudes
72/73	350 açudes
73/74	250 açudes
74/75	280 açudes

3) desenvolver o setor de mecanização agrícola, visando a destocar 19 500 ha e a arar e/ou a gradear 22 300 ha, de conformidade com a seguinte previsão:

ATIVIDADE	71/72	72/73	73/74	74/75	TOTAL
a) Destocamento	2 000 ha	4 500 ha	7 000 ha	6 000 ha	19 500 ha
b) Aração/Gradeagem	2 300 ha	5 000 ha	8 000 ha	7 000 ha	23 300 ha

4) instalar eletrificação rural em 19 municípios, de acordo com as condições abaixo indicadas:

71/72	72/73	73/74	74/75
São Luis Ribamar Paço do Lumiar Carolina	Rosário Santa Rita Bacaba Coroatã Itapecuru-Mirim Imperatriz	Codô Caxias Pedreiras Chapadinha Vargem Grande	Santa Inês Santa Luzia Pindaré Vitorino Freire

### Pesquisas e Experimentação

1) instalar 330 experimentos de plantas forrageiras visando a testar os seguintes elementos: adaptação, competição, espaçamento, consorciação e capacidade de uso.

Os experimentos deverão ser lançados de acordo com o seguinte esquema:

71/72	30 experimentos
72/73	100 experimentos
73/74	120 experimentos
74/75	80 experimentos

2) montar experimentos com bubalinos, no período de 1971 à 1974, para determinar:

- índice de natalidade
- índice de mortandade
- idade de abate
- rendimento de carcaça
- índice de desfrute
- produção leiteira

3) instalar experimentos com caprinos no período de 1971 à 1975, que visem a determinar:

- índice de natalidade
- índice de mortandade
- idade de abate
- rendimento de carcaça
- competição de raças

4) montar 630 experimentos de plantas industriais, objetivando o estudo de:

- competição de variedades
- época de plantio
- espaçamento
- consorciação
- rendimento

Estes experimentos serão lançados atendendo ao seguinte cronograma:

71/72	80 experimentos
72/73	200 experimentos
73/74	200 experimentos
74/75	150 experimentos

5) instalar 650 experimentos de plantas alimentares para diagnosticar:

- competição de variedades
- época de plantio
- espaçamento
- consorciação
- rendimento

A montagem desses experimentos seguirá o esquema abaixo:

71/72	100 experimentos
72/73	200 experimentos
73/74	200 experimentos
74/75	150 experimentos

6) instalar 110 experimentos de caju sobre:

- competição de variedades
- época de plantio
- espaçamento

O cronograma de execução desta meta será o seguinte:

71/72	20 experimentos
72/73	30 experimentos
73/74	30 experimentos
74/75	30 experimentos

7) instalar 90 experimentos com culturas irrigadas de acordo com o seguinte esquema:



72/73	30 experimentos
73/74	30 experimentos
74/75	30 experimentos

8) instalar em 1971 um laboratório de análise e fertilidade de solos, e, a partir de 1972, realizar análises de solos e mapeamento de micro-áreas destinadas à implantação de cultivos agrícolas.

Quanto aos Programas Complementares, destacam-se:

#### I - METAS DO PROGRAMA TRANSPORTES

seguintes intencões:

- 1) implantação de 2 500 km de rodovias piçarradas e 750 km de pavimentação;
- 2) construção de 5 000 km de estradas vicinais;
- 3) pavimentação da pista de 14 aeroportos para aviões comerciais e melhoramentos nos aeroportos para taxis-aéreos;
- 4) ampliação de porto do Itaqui.

#### II - METAS DO PROGRAMA ENERGIA

- 1) extensão da rede de distribuição para mais 50 municípios e instalação de redes de distribuição em 70 municípios;
- 2) reforço do sistema de geração hidrelétrica e térmica;
- 3) construção da primeira etapa da Hidrelétrica do rio Farinha e instalação do Sistema do Tocantins com disponibilidade inicial de 9,5 MW;
- 4) eletrificação rural em áreas de eleição.

#### III - METAS DO PROGRAMA INDÚSTRIA

- 1) implantação do Distrito Industrial do Itaqui;
- 2) estudo e identificação dos projetos viáveis a curto e médio prazos;
- 3) criação dos Grupos Regionais de Promoção industrial para dinamização dos pólos industriais regionais;
- 4) realização de cursos de treinamento para empresários e programas de estímulo às vocações empresariais;

5) ampliação das linhas de financiamento nos órgãos estaduais especializados, visando a elevar de 6 para 60 milhões o volume de crédito aplicado, permitindo a criação de 4 300 empregos diretos e o atendimento de 300 emprêsas.

ANEXO II - SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELAS

RESUMO ORÇAMENTÁRIO  
Cr\$ milhões correntes

MA
1.1

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A											
	CORRENTE			CAPITAL			TOTAL			CORRENTE			CAPITAL			TOTAL		
	VALOR	%		VALOR	%		VALOR	%		VALOR	%		VALOR	%		VALOR	%	
1 9 6 8	59,5	73,4		21,6	26,6		81,1	100		47,3	59,7		32,0	40,3		79,3	100,0	
1 9 6 9	78,9	64,5		43,4	35,5		122,3	100		72,6	60,3		47,7	39,7		120,3	100,0	
1 9 7 0	93,0	64,4		51,5	35,6		144,5	100		90,1	61,0		57,6	39,0		147,7	100,0	
1 9 7 1	143,8	49,2		148,6	50,8		292,4	100		144,2	49,3		148,2	50,7		292,4	100,0	
1 9 7 2	173,1	49,3		178,1	50,7		351,2	100		172,4	49,1		178,8	50,9		351,2	100,0	
MÉDIA (*) 68/72		60,2			39,8			100,0			55,9			42,1			100,0	

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

NOTA: (\*) - Média simples

RESUMO ORÇAMENTÁRIO

Cr\$. milhões de 1972\*

A N O	R E C E I T A			D E S P E S A		
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
1 9 6 8	116,7	42,4	159,1	92,7	62,7	155,5
1 9 6 9	128,3	70,6	198,9	118,0	77,6	195,6
1 9 7 0	126,2	69,9	196,1	122,3	78,2	200,4
1 9 7 1	160,9	166,2	327,1	161,3	165,8	327,1
1 9 7 2	173,1	178,1	351,2	172,4	178,8	351,2

FONTE: Tabela 1.1

(\*) - Índices utilizados: 1968/70 - Índice Geral de Preços - "CONJUNTURA ECONÔMICA", set.71

1971 - Índice Geral de Preços - Médias dos Meses Junho e Julho

1972 - Hipótese Inflacionária de 12%

RESUMO ORÇAMENTÁRIO  
ÍNDICE E TAXAS DE CRESCIMENTO

1968 = 100

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %
1 9 6 8	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
1 9 6 9	110	+ 9,9	167	+66,5	125	+25,0	127	+27,3	124	+23,8	126	+25,8
1 9 7 0	108	- 1,6	165	- 1,0	123	- 1,4	132	+ 3,6	125	+ 0,8	129	+ 2,5
1 9 7 1	138	+27,5	392	+137,8	206	+66,8	174	+31,9	264	+112,2	210	+63,2
1 9 7 2	148	+ 7,6	420	+ 7,2	221	+ 7,4	186	+ 6,9	285	+ 7,8	226	+ 7,4

FONTE: Tabela 1.2

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões correntes

A N O	RECEITA TOTAL		R E C E I T A S P R Ó P R I A S						T R A N S F E R Ê N C I A S							
	Valor	%	I C M		O P E R A Ç Õ E S D E C R É D I T O		O U T R A S		T O T A L		C O R R E N T E S		' C A P I T A L		T O T A L	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	81,1	100,0	36,2	44,6	--	--	2,5	3,1	38,7	47,7	20,9	25,8	21,5	26,5	42,4	52,3
1969	122,3	100,0	54,7	44,7	--	--	3,5	2,9	58,2	47,6	20,7	16,9	43,4	35,5	64,1	52,4
1970	144,5	100,0	69,1	47,8	0,3	0,2	2,6	1,8	72,0	49,8	21,3	14,7	51,2	35,4	72,5	50,2
1971	292,4	100,0	79,8	27,3	53,7	18,4	27,1	9,3	160,6	54,9	38,3	13,1	93,5	32,0	131,8	45,1
1972	351,2	100,0	95,0	27,1	60,3	17,2	20,1	5,7	175,4	49,9	58,3	16,6	117,5	33,5	175,8	50,1
MÉDIA (*) 68/72	--	100,0	--	38,3	--	7,2	--	4,5	--	50,0	--	17,4	--	32,6	--	50,0

Fonte: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões de 1972\*

N O	RECEITA		R E C E I T A S						P R Ó P R I A S						T R A N S F E R Ê N C I A S					
	TOTAL		I C M		O P E R A Ç Õ E S DE CRÉDITO		O U T R A S		TOTAL		C O R R E N T E S		C A P I T A L		TOTAL					
	Valor	Δ %	Valor	Δ %	Valor	Δ %	Valor	Δ %	Valor	Δ %	Valor	Δ %	Valor	Δ %	Valor	Δ %				
968	159,0	-	71,0	-	-	-	4,9	-	75,9	-	41,0	-	42,2	-	83,1	-				
969	198,9	+25,1	88,9	+25,2	-	-	5,7	+16,3	94,6	+24,6	33,7	-17,8	70,6	+67,3	104,2	+25,4				
970	196,1	-1,4	93,8	+5,5	0,4	-	3,5	-38,6	97,7	+3,3	28,9	-14,2	69,5	-1,6	98,4	-5,5				
971	327,1	+66,8	89,3	-4,8	60,1	+1492,5	30,3	+765,7	179,6	+83,8	42,8	+48,1	104,6	+50,5	147,4	+49,8				
972	351,2	+7,3	95,0	+6,3	60,3	+0,3	20,1	-33,7	175,4	-2,3	58,3	+36,2	117,5	+12,3	175,8	+19,3				

Fonte: Tabela 2.1

Nota: (\*) - Vide nota de rodapé da Tabela 1.1.



PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA

NA RECEITA TOTAL SEGUNDO A ORIGEM

(Cr\$ milhões correntes)

Receita Total = 100,0 %

ANO	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS		FUNDO ESPECIAL		TOTAL DOS FUNDOS		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	41,7	51,4	-	-	41,7	51,4	0,7	0,9	42,4	52,3
1969	41,4	33,9	22,7	18,6	64,1	52,4	0,0	0,0	64,1	52,4
1970	42,0	29,1	29,9	20,7	71,9	49,8	0,6	0,4	72,5	50,2
1971	52,7	18,0	36,0	12,3	88,7	30,3	43,1	14,8	131,8	45,1
1972	62,0	17,7	48,0	13,7	110,0	31,4	65,8	18,7	175,8	50,1
MÉDIA (*) 68/72	-	30,0	-	13,0	-	43,0	-	7,0	-	50,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

RECEITA "PER CAPITA" (\*) A PREÇOS DE 1972

A N O	RECEITA TOTAL "PER - CAPITA"		RECEITA PRÓPRIA "PER - CAPITA"		TRANSFERÊNCIAS "PER CAPITA"	
	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %
1968	54,44	-	25,99	-	28,45	-
1969	66,76	+ 22,6	31,77	+ 22,2	34,99	+ 23,0
1970	64,57	- 3,3	32,17	+ 1,3	32,40	- 7,4
1971	105,55	+ 63,5	57,97	+ 80,2	47,58	+ 46,9
1972	111,19	+ 5,3	55,53	- 4,3	55,66	+ 17,0

FONTE: Tabela 2.2

(\*) - População - Veja termos de referência do trabalho

DEMONSTRATIVO SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Cr\$ milhões correntes

A N O	D E S P E S A S										C A P I T A L		T O T A L	
	C O R R E N T E S			O U T R A S			S U B - T O T A L		V A L O R	%	V A L O R	%	V A L O R	%
	V A L O R	%	V A L O R	%	V A L O R	%	V A L O R	%						
									VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1968	24,0	30,3	23,3	29,4	47,3	59,7	32,0	40,3	79,3	100,0				
1969	31,7	26,4	40,9	33,9	72,6	60,3	47,7	39,7	120,3	100,0				
1970	42,2	28,6	47,9	32,4	90,1	61,0	57,6	39,0	147,7	100,0				
1971	66,0	22,6	78,2	26,7	144,2	49,3	148,2	50,7	292,4	100,0				
1972	66,7	19,0	105,7	30,1	172,4	49,1	178,8	50,9	351,2	100,0				
MÉDIA * 68/72	-	25,4	-	30,5	-	55,9	-	44,1	-	100,0				

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Demais: Tabela 1.1

DEMONSTRATIVOS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Cr\$ milhões de 1972 (\*)

A N O	D E S P E S A S		C A P I T A L	T O T A L
	C O R R E N T E S	S U B - T O T A L		
	P E S S O A L	O U T R A S		
1968	47,1	45,6	62,7	155,4
1969	51,5	66,5	77,6	195,6
1970	57,3	65,0	78,2	200,5
1971	+ 3,8	87,5	165,8	327,1
1972	66,7	106,4	178,1	351,2

Fonte: Tabela 3.1

Observação: Para a transformação em valores a preços correntes, foram utilizados os índices referidos no rodapé da Tabela 1.2.

DESPESA SEGUNDO AS FUNÇÕES

Cr\$ milhões correntes

A N O	F U N C I O E S																		T O T A L	
	GOV. ADM. GERAL E FIN.		RECURSOS NAT. e AGROPECUÁRIOS		VIAÇÃO, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES		INDÚSTRIA E COMÉRCIO		EDUCAÇÃO E CULTURA		DEFESA E SEGURANÇA		SAÚDE E SERVIÇOS URBANOS		BEM ESTAR SOCIAL		VALOR	%		
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%				
68	59,3	74,9	1,3	1,6	1,6	2,0	-	6,2	7,7	-	-	4,7	5,9	6,2	7,8	79,2	100			
69	81,0	67,3	1,9	7,6	1,6	6,4	0,1	8,4	7,0	8,3	6,9	6,2	5,2	6,7	5,6	120,3	100			
70	103,8	70,3	2,8	9,2	1,9	6,2	0,1	12,4	8,4	12,6	8,5	6,7	4,5	0,1	0,1	147,7	100			
71	77,0	26,3	24,1	80,6 <sup>(a)</sup>	8,2	27,6	0,9	44,6	15,3	14,6	5,0	33,1	11,3	15,7	5,4	292,4	100			
72	80,0	22,8	42,5	96,9 <sup>(a)</sup>	12,1	27,6	2,2	46,3	13,2	18,4	5,2	34,8	9,9	24,6	7,0	351,2	100			
MÉDIA (*)	-	52,2	-	-	5,1	14,0	0,7	-	10,3	-	5,1	-	7,4	-	5,2	-	100			

ONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (\*) - Média simples

Obs.: (A) - Inclusive "Energia", com 6,0 milhões Cr\$ em 1971

COMPORTAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

E CAPITAL EM TIEMOS "PER CAPITA"

A N O	P E S S O A I.		C A P I T A L		Δ %
	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE	
1968	16,13	100	21,47	100	-
1969	17,29	107	26,06	121	+ 21,4
1970	18,87	117	25,75	120	- 1,2
1971	23,82	148	53,52	249	+107,8
1972	21,12	131	56,39	263	+ 5,4

· FONTE: Tabela 3.2

População: Veja termos de referência do trabalho

W P  
3.4

EVOLUÇÃO DO DÉFICIT OU SUPERAVIT

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SALDO CONTA CORRENTE (A)	SALDO CONTA CAPITAL (B)	DÉFICIT OU SUPERAVIT ORÇAMENTARIO (C = A + B)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (D)	DÉFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO E- FETIVO (E = C - D)
1 9 6 8	+ 12,2	- 10,4	+ 1,8	-	+ 1,8
1 9 6 9	+ 6,3	- 4,3	+ 2,0	-	+ 2,0
1 9 7 0	+ 2,9	- 6,1	- 3,2	0,3	- 3,5
1 9 7 1	- 0,4	0,4	0,0	53,7	- 53,7
1 9 7 2	+ 0,7	-0,7	0,0	60,3	- 60,3

FCNTE: Tabelas 1.1  
2.7

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALDO EM CONTA CORRENTE

E DO DEFICIT OU SUPERAVIT

A N O	SALDO EM CONTA CORRENTE		DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO EFETIVO	
	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)
1 9 6 8	+ 15,0	+ 38,1	+ 2,2	+ 5,6
1 9 6 9	+ 5,2	+ 13,2	+ 1,6	+ 4,2
1 9 7 0	+ 2,0	+ 5,0	- 2,4	- 6,1
1 9 7 1	- 0,1	- 0,3	- 18,4	- 36,2
1 9 7 2	0,0	0,0	- 17,2	- 33,7
MÉDIA(*) 68/72	+ 4,4	+ 11,2	- 6,8	- 14,8

FONTE: Tabelas 1.1  
4.1

NOTA: (\*) -- Média simples



FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

4.3

(Em percentagens)

Fontes ANOS	(SCC / DK)	(RK - OC) / DK	*(SO/DK) (-1)	(OC / DK)	TOTAL
1968	+ 38,1	67,5	- 5,6	-	100,0
1969	+ 13,2	91,0	- 4,2	-	100,0
1970	+ 5,0	88,9	+ 5,6	0,5	100,0
1971	- 0,3	64,0	-	36,3	100,0
1972	+ 0,4	65,9	-	33,7	100,0
MÉDIA 68/72(*)	11,3	75,4	- 0,8	14,1	100,0

(\*) - Média Simples

Símbolos: DK - Despesas de Capital  
 SCC - Saldo em Conta Corrente (Poupança do Governo)  
 RK - Receitas de Capital  
 SO - Saldo Orçamentário  
 OC - Operações de Crédito

(+) Despesas de Capital Realizadas sem cobertura financeira.  
 (-) Capacidade de Investimentos não utilizada.

\* (SO/DK) (-1)

FONTES: Tabelas 1.1  
 4.1

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA

A N O	D Í V I D A I N T E R N A						DÍVIDA FUNDADA EXTERNA		TOTAL DAS DÍVIDAS	
	FUNDADA		FLUTUANTE		TOTAL		Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões (%)
	Cr\$ milhões	%	Cr\$ milhões	%	Cr\$ milhões	%				
							Cr\$ milhões	Cr\$ milhões (%)		
1 9 6 8	9,0	37,2	15,2	62,8	24,2	100,0	-	-	24,2	100,0
1 9 6 9	6,2	36,9	10,6	63,1	16,8	100,0	-	-	16,8	100,0
1 9 7 0	12,2	42,7	16,4	57,3	28,6	100,0	-	-	28,6	100,0

FONTE: . Veja termos de referência do trabalho

POSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL

A N O	EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL (%)	EM RELAÇÃO A RECEITA PRÓPRIA (%)	EM RELAÇÃO AOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	29,8	62,5	71,6
1 9 6 9	13,7	28,9	33,8
1 9 7 0	19,8	39,7	52,7

FONTES: Receita Total e Receita Própria: Tabela 2.1

Dívida: Tabela 5.1

Recursos Disponíveis para o Investimento: Tabela 5.4

AMORTIZAÇÕES E SUA POSIÇÃO RELATIVA NO ORÇAMENTO

Cr\$ milhões correntes

A N O	AMORTIZAÇÕES TOTAIS	A M O R T I Z A Ç O E S T O T A I S E M R E L A Ç Ã O A: (%)		
		Receita Total	Receitas Próprias	Operações de Crédito
1968	-	-	-	-
1969	-	-	-	-
1970	0,1	0,1	-	-
1971	9,3	3,2	5,8	17,3
1972	2,3	0,7	1,3	3,8
MÉDIA(*) 68 / 72	—	—	—	—

FONTES: Amortização: Veja termos de referência do trabalho  
 Receitas Total e Próprias, e Operações de Crédito: Tabela 2.1  
 Despesas de Capital: Tabela 3.1

NOTA: (\*) - Média Simples

RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO

Cr\$ milhões correntes

	SALDO EM CONTA CORRENTE + RECEITA DE CAPITAL	AMORTIZAÇÃO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO - TO EM RELAÇÃO A ' RECEITA
	(A)	(B)	( C = A - B )	(%)
1968	33,8	-	33,8	41,7
1969	49,7	-	49,7	40,6
1970	54,4	0,1	54,3	37,6
1971	148,2	9,3	138,9	47,5
1972	178,8	2,3	176,5	50,3

FONTES: Receita de Capital: Tabela 1.1  
 Saldo em Conta Corrente: Tabela 4.5  
 Amortização: Tabela 5.3

SERVIÇO DA DÍVIDA

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SERVIÇO DA DÍVIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA EM RELAÇÃO A:		
	AMORTIZAÇÕES	JUROS	TOTAL	RECEITA TOTAL (%)	RECEITA PRÓPRIA (%)	RECURSOS DISPONÍVEIS P/ INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	-	0,2	0,2	0,2	0,5	0,6
1 9 6 9	-	4,3	4,3	3,5	7,4	8,7
1 9 7 0	0,1	2,6	2,7	1,9	3,8	5,0
1 9 7 1	9,3	1,4	10,7	3,7	6,7	7,7
1 9 7 2	2,3	1,0	3,3	0,9	1,9	1,9

FONTES: Receitas: Tabela 2.1  
 Recursos Disponíveis: Tabela 5.4  
 Juros: Veja termos de referência do trabalho